

REVISTA MENSAL

RN ECONÔMICO

ANO XIV - Nº 198 - JANEIRO - 1983 - CR\$ 500,00

**VERÃO
EM NATAL
ritual do sol**

**RESTRIÇÕES
ECONÔMICAS
PODEM AFETAR
ALCANORTE**

**INAMPS NO RN
NÃO VAI PARAR
POLÍTICA DE
ECONOMIA**

414

FLAVIO
AMÉRICO
NOVAES
1983

Passat 83: Potência Econômica!



Nas laterais do Passat 83 destaca-se o friso alto e largo de borracha que, além de beleza, assegura maior proteção às portas. Novos são também os espelhos retrovisores externos e as ponteiros dos pára-choques.



**DISTRIBUIDORA DE
AUTOMÓVEIS
SERIDÓ
MARPAS S/A**

MARPAS/A
Av. Tavares de Lira, 159
Filial Alecrim — Av. Pres. Sarmento, 592
Telefones: 223-0140/223-1931
DISTRIBUIDORA DE AUTOMÓVEIS SERIDÓ
Rua Nascimento de Castro, 1597
Filial Alecrim — Rua Cel. Estevam, 1576
Telefones: 223-4566/223-3228
Natal-RN

ÍNDICE

CIDADE

Verão em Natal vai além do modismo	8
A surpresa desagradável	9
Noite é rival do sol	11
Não há progresso no turismo do RN	12
Foi tudo bem este ano. Mas será que sempre será assim?	14
Ninguém ousa ser otimista	15
Salários, enfim a realidade	17
Empregos: aumenta a procura, diminui a oferta	19
Dinarte: restrição ao INAMPS é mesmo por economia	22
Supermercados não se intimidam com a crise	24
Agripino começa a tomar primeiras medidas	26
Obudsman, uma necessidade	28
Cartões de crédito, porta para consumo	30
Meios artísticos: sugestões para os estímulos	38
Seca: mais um ano da rotina	42
O protesto, quando é tarde	43
Veículos: mercado ainda sem definição	45

ARTIGOS

Manoel Barbosa	7
Cortez Pereira	37
Raimundo Soares	26
Rosemilton Silva	50

HUMOR

Cláudio	48
---------------	----

SEÇÃO

Homens & Empresas	4
-------------------------	---

CAPA

Flávio Américo

ESPECIAL

RESTRIÇÕES DO FMI PODEM ATINGIR TAMBÉM ALCANORTE

Uma das esperanças para a economia do Rio Grande do Norte é a implantação da fábrica de barrilha, com todo o complexo da Alcanorte, em Macau.

Uma das áreas menos assistidas do Estado irá receber o reforço de uma indústria de grande porte, geradora de muitos empregos e com um produto de larga aceitação no mercado. Mas essa indústria, que até agora teve implantados

40% das suas instalações, tem uma ameaça no horizonte: a crise econômica e o jejum de recursos imposto pelo Fundo Monetário Internacional. Por enquanto, não existe alarme. Mas RN/ECONÔMICO — que enviou um repórter a Macau para verificar como anda a obra — pôde detectar a apreensão quanto à possibilidade de liberação de recursos sofrer interrupção no seu fluxo. (Pág. 32).

RN/ECONÔMICO

REVISTA MENSAL • ANO XIV • N.º 138 • JANEIRO/1983 • CR\$ 500,00

DIREÇÃO

DIRETOR/EDITOR: Marcelo Fernandes de Oliveira
DIRETORES: Núbia Silva Fernandes de Oliveira, Maurício Fernandes de Oliveira e Fernando Fernandes de Oliveira

REDAÇÃO

DIRETOR DE REDAÇÃO: Manoel Barbosa
ARTE E PRODUÇÃO
CHEFE: Euryly Moraes da Nóbrega

PROGRAMAÇÃO VISUAL E DIAGRAMAÇÃO: Moacir de Oliveira
FOTOCOMPOSIÇÃO: Antônio José D. Barbalho

DEPARTAMENTO COMERCIAL

GERENTE COMERCIAL: Paulo de Souza
GERENTE DE ASSINATURAS: Antônio Emídio da Silva

RN/ECONÔMICO — Revista mensal especializada em

assuntos sócio/econômicos do Rio Grande do Norte, é de propriedade de RN/ECONÔMICO EMPRESA JORNALÍSTICA LTDA. — CGC n.º 08.286.320/0001-61 — Endereço: Rua São Tomé, 421 — Natal (RN) — Telefone: 222-4722. É proibida a reprodução total ou parcial de matérias da revista, salvo quando seja citada a fonte. Preço do exemplar: Cr\$ 500,00. Preço da assinatura anual: Cr\$ 5.000,00. Preço da assinatura bienal: Cr\$ 8.000,00. Preço do número atrasado: Cr\$ 1.000,00.

HOMENS & EMPRESAS



Nas antigas instalações da BR-101, a Savel continua com bom atendimento

PROCESSAMENTO DE DADOS NA CASA RÉGIO — A partir do próximo mês, a Casa Régio estará colocando em funcionamento o seu sistema de processamento de dados. Com a compra de um computador SISCO 5.800, a Comercial Régio S/A agilizará as informações internas e dos clientes, tornando mais rápido o crédito ao consumidor. O centro de processamento de dados fica no edifício-sede na Avenida Rio Branco, e o primeiro serviço a receber o benefício do computador será o crediário, onde se encontra o maior volume de faturamento da empresa.

COMERCIAL RÉGIO ELEVA SEU CAPITAL — No final de dezembro, o grupo Casa Régio realizou uma assembléia extraordinária para aprovar a elevação de seu capital social para 200 milhões de cruzeiros e alterar a denominação so-

cial para Comercial Régio S/A, permanecendo no entanto com os nomes fantasias já existentes, Casa Régio, Karina, Regina e Regilar. A Comercial Régio terminou o ano de 1982 com um faturamento de 2 bilhões de cruzeiros nas suas dezesseis lojas da organização.

SAVEL COM FILIAL NO ALECRIM — Para melhor atender aos seus clientes, a Savel — Salustino Veículos S/A, abriu este mês a sua primeira filial para vendas de peças em Natal, à avenida Presidente Bandeira, 737, no bairro do Alecrim. Segundo Carlos Porto, diretor da empresa, com a nova filial o cliente da Fiat não precisa mais se deslocar até a revenda na BR-101 para aquisição de peças originais para o seu carro.

PHOTOS ESTÚDIO — Lenilson Antunes, insta-

lou na Prudente de Moraes, 1107 o primeiro estúdio fotográfico de Natal. Photos é um estúdio concebido dentro das técnicas de fotografia profissional, realizando trabalhos que vão desde a fotografia para documentos em um minuto, como fotos para publicidade e aéreas.

GUARARAPES TÊXTIL AUMENTA CAPITAL SOCIAL — Com a última assembléia geral ordinária, realizada no começo do ano, a Guararapes Têxtil S/A, empresa do grupo Guararapes, elevou seu capital social de 100 milhões de cruzeiros para 1 bilhão de cruzeiros. A Guararapes Têxtil tem como diretor executivo Maxwell Oliveira, e encontra-se em fase de construção no Distrito Industrial de Natal, com previsão para 1984 o início de sua produção, proporcionando 300 novos empregos diretos.

JUNTA COMERCIAL COM PROCESSAMENTO DE DADOS — Segundo o secretário de Indústria e Comércio, Jorge Ivan Cascudo Rodrigues, a Junta Comercial do Rio Grande do Norte estará usando dentro de alguns meses um moderno sistema de processamento de dados, sendo a primeira em todo o Nordeste a usar este sistema. Jorge Ivan e Antônio Fernandes, presidente da Junta, participaram este mês do II Encontro de Juntas Comerciais do Brasil, em Manaus, onde aproveitaram a oportunidade para renovar o pleito junto ao Departamento Nacional de Registro do Comércio — DNRC, no sentido da liberação dos recursos para a implantação do sistema.

TECELAGEM TEXTA S/A — O Grupo GIORGI, a partir do próximo mês estará colocando em funcionamento a

HOMENS & EMPRESAS

sua segunda fábrica no Estado, a Tecelagem Texita S/A. A tecelagem, que de início funcionará parte na Cidade da Esperança, na antiga Dinan, e o acabamento em Eduardo Gomes, ao lado da Companhia Têxtil Tangará — Texita, oferecerá de imediato 150 novos empregos diretos, atingindo os 300 até a implantação final do projeto ainda este ano. A produção da tecelagem terá como principal consumidor a própria Têxtil Tangará, que empregará em sacarias para embalagem de seus produtos, absorvendo 60% da produção, os 40% restantes serão comercializados no mercado interno.

□

SHOPPING NATAL SUL — A Siprofar — Sociedade de Produtos Farmacêuticos S/A, construirá em terreno anexo à sua fábrica, na Prudente de Moraes, o Shopping Center Natal Sul, numa área de 3.700 m², com 72 lojas para venda ao comércio, indústria e bancos. O início da construção será no próximo mês de fevereiro, pela Cilnorte Indústria e Comércio, construtora do Recife, que tem oito meses para a conclusão da obra. As lojas, com quase a totalidade das reservas feitas antes do lançamento, terão em média 51 m², e custarão de sete milhões e oitocentos mil, à nove milhões e oitocentos mil cruzeiros, segundo informação de Marcos Santos, diretor da Imobiliária Santos, uma das responsáveis pela venda. A Patrimônio Imobi-

liária também comercializará as lojas.

□

SAVEL REVENDE MINI-CAMINHÕES — Com exclusividade para o Rio Grande do Norte, a Savel — Salustino Veículos S/A, está revendendo os mini-caminhões Agrale, lançados no final do ano passado no mercado nacional. O mini-caminhão Agrale vem disputar a faixa do mercado dos Pick-Up, com vantagens pela sua capa-



cidade de carga, 1.100 Kg., e preço. Além dos mini-caminhões a óleo diesel, a Savel revenderá para o RN, o ciclo motor Agrale e a mini moto, ambos a gasolina.

□

CORRIDA DE AGÊNCIAS DE FORA — Algumas agências de publicidade de outros Estados estão pretendendo disputar fatias da conta publicitária do Governo do Rio Grande do Norte. Sabendo a importância que o Governador José Agripino confere à imagem, como maneira de poder reivindicar, as agências estão em processo de

sondagem do mercado. Que, no entanto, dispõe de bons profissionais, conforme ficou demonstrado na campanha política.

□

ÉTICA LANÇA QUARTO E SALA — A Ética — Empresa Técnica Imobiliária Ltda, recentemente criada pelo corretor Roberto Solon em sociedade com o empresário Luiz Varela, proprietário da Construtora Engenorte, está lan-

çando 36 apartamentos quarto e sala em área privilegiada em Morro Branco, à rua Xavier da Silveira. Os apartamentos serão construídos em três andares sobre pilotis e serão entregues até o mês de agosto próximo. A Imobiliária Ética foi criada para comercializar as obras da Engenorte.

□

CREFISUL DISPUTA MERCADO DE NATAL — A Crefisul, filiada ao Citybank, está disposta a atuar com mais agressividade no mercado de Natal, segundo informa seu diretor, Pio Moraes.

Não só através da financeira, como na venda de Letras de Câmbio, Seguros, etc. A Crefisul atua na cidade há cerca de quatro meses e já tem ocupado bons espaços.

□

CISAF BENEFICIARÁ CASTANHA DE CAJU — Com uma unidade de beneficiamento de castanha de caju, a Cisaf — Comércio e Indústria de Fibras S/A, diversificará suas atividades empresariais. A nova empresa do grupo entrará em funcionamento até o final de março, com instalações no Distrito Industrial de Natal. A Cisaf está adquirindo castanha de caju no mercado local, e procurando estocar o suficiente para garantir o seu funcionamento por todo o ano.

□

BRDESCO CONSTRÓI METROPOLITANA ALECRIM — O Bradesco adquiriu um terreno na avenida Presidente Bandeira, com 2.000 m² de superfície, para construir a sua Agência Metropolitana Alecrim, relocando assim a antiga agência da rua Amaro Barreto, e ampliando as suas atividades naquele bairro. O terreno pertencia a família Madruga, e foi adquirido pelo banco por intermédio da Imobiliária Novo Rumo, do corretor Francisco Ribeiro, pelo valor de 65 milhões de cruzeiros. O novo edifício terá quatro andares e a construção começa no mês de fevereiro.

Este é o momento das decisões



NOVO OU USADO, BASTA ESCOLHER A MARCA. DEPOIS VENHA BUSCAR O SEU CARRO



Peças e equipamentos para o seu carro você encontra em
DUAUTO EQUIPADORA — PEÇAS E ACCESSÓRIOS
Pneus Good Year para todos os tipos de veículos procure em
DUAUTO PNEUS

d/ duaauto veículos ltda.

O salão nobre do automóvel.

Presidente Bandeira, 1240 Lagoa Seca.

GOVERNOS PARALELOS

MANOEL BARBOSA

Na prática, o Rio Grande do Norte já está sob o novo Governo. Por mais que a cúpula do PDS tenha procurado evitar, nesse período de transição, a ocorrência do chamado "Governo paralelo" — o que está saindo administrando com a sombra do que está entrando, enquanto não se formaliza o ato de passagem de cargo — trata-se de um evento inevitável. O fato é que, pela lei, o mandato do atual governador só termina em março e, obviamente, ele não pode simplesmente abandonar o Palácio Potengi para dar lugar ao sucesso sem a formalidade da posse. Também o sucessor não pode adiantar-se aos acontecimentos.

É uma pantomina do regime democrático que deveria ser contornada. O resultado é que, na prática, toda a máquina administrativa fica parada. E isso não pode mais acontecer nos tempos de necessidades dinâmicas como os atuais.

Para efeito de raciocínio, vamos construir a hipotética situação de uma grande empresa, com milhares e milhares de empregados e imensas responsabilidades sociais, que tivesse de simplesmente parar todas as suas atividades por dois ou três meses, sem tomar qualquer providência importante. E que essa empresa estivesse, nesse tempo de paralisação, diante de problemas ameaçadores.

Conclui-se, logicamente, pela inadmissibilidade da situação. Pela lógica, tal situação só poderia levar a empresa a um estado caótico.

De certo modo é isso o que está acontecendo com o Estado do Rio Grande do Norte. Há a seca mais uma vez; há uma crise conjuntural; há as necessidades que se multiplicam em tais circunstâncias. Com tudo isso, é necessário trabalho dobrado para poder tentar acertar o passo e procurar sobreviver sem traumas insuperáveis.

Mas a burocracia não removida faz o Estado passar dois meses parado. Ou mais.

Estranho como uma prática tão antiga nunca foi extinta. No Brasil, a teoria foi modernizando o Estado até transformá-lo quase numa empresa. Mas, em muitos aspectos, permaneceram antigos conceitos burocráticos, que entravam o funcionamento do Estado-empresa. Numa empresa ágil, tempo é tão valioso como dinheiro; todo o seu comportamento tem de ser racionalizado ao máximo.

É claro que tal situação independe da vontade de um ou outro governante em particular. Ademais, ela tem o poder de constrianger e envolver a todos.

Isso no contexto global. A situação de que falamos, é no aspecto total, a grosso modo. Há, ainda, um mundo de particularidades desconfortáveis. Há os casos individuais. A tensão que sobrevém ao processo de escolha da equipe do novo Governo. Em todos os Estados essa tensão se prolonga por um período além do que seria desejável. Evitá-la, de todo, seria impossível. Porém um processo mais rápido na transição entre a eleição de um Governo e sua posse evitaria muitas energias gastas em esperas e indefinições.

Essa energia é um desperdício. É claro que os cogitados ou que se supõem cogitados — e os que lutam para serem incluídos nesse rol — têm o rendimento profissional em suas atividades prejudicado. A sociedade, enquanto perdurar o processo de indefinição, deixa de contar com essa força de trabalho. Uma força de trabalho onde se aglutina o núcleo líder da comunidade, o mais capaz de iniciativas fadadas a produzir riquezas para o meio.

No caso específico do Rio Grande do Norte, questões vitais ficaram pendentes por conta desse estado de coisas. Um conjunto de providências para alinhar o Estado com as necessidades da crise econômica deixou de ser pensado devidamente porque o grupo com a missão de tomar a providência estava com as energias concentradas em outra preocupação. E nem tanto por isso. A indefinição dessa fase intermediária gera a indefinição de atribuições. As iniciativas ficam tímidas. Cada um teme estar dando um passo indevido, ou se metendo num lugar onde não foi chamado.

As coisas não chegam ao ponto da tragédia, contudo. Há a defasagem. Mas a recuperação é possível. Não é, de todo modo, insignificante a perda. E, numa outra situação, o descompasso criado com tal tipo de espera pode ter consequências irreversíveis.

Num momento em que se luta por reforma tributária, ajustamentos na legislação eleitoral e procura-se diminuir, ao máximo, os entraves burocráticos no País, não seria demais que certos vícios do processo democrático fossem curados.

A questão é que certos vícios se tornam hábitos tão arraigados que, em geral, passam despercebidos como anomalias, entrando para a contabilidade das coisas inevitáveis — como resfriados e dores de cabeça.

Pensando bem, não é necessariamente assim. Talvez se alguém chamar a atenção de um Hélio Beltrão da vida até que alguma medida possa vir a ser tomada.



Os veranistas de Pirangi: tudo muito organizado

COMPORTAMENTO

Verão em Natal vai além do modismo. É ritual que poucos podem esquecer

O verão em Natal é mais do que uma temporada para modismos, como em outros lugares. É um hábito ritualizado ao qual se subordinam todas as atividades — públicas e privadas. Talvez modismo seja chamar o verão de Natal de “verão”, com a conotação que os cariocas — através dos seus poetas e literatos — dão ao seu. Mais apropriado seria chamar esse período que se inicia em janeiro com as férias de “temporada de veraneio”, prosaico — ou até mesmo careta — como possa ser essa denominação. Rigorosamente falando, o que o natalense curte é o veraneio com o verão acoplado. Porque, enfim, são duas condições afins e uma não existe sem a outra — veraneio é, em síntese, a temporada de verão, ou férias de verão.

Independente de terminologia, o natalense tem se entregue com um empenho todo particular a essa temporada de verão. Há razões. Ou, mais explicitamente, uma razão fundamental: a campanha eleitoral do segundo semestre do ano passado foi estafante para os nervos e para o físico, ainda mais que muita gente es-



Em Ponta Negra, mais abertura e diversificação maior, com veranistas se misturando com os banhistas do dia-a-dia e também com o pessoal das muitas excursões.

tava desacostumada e outra parte — a dos jovens até rondando os 30 — nunca tinha participado de uma de corpo e alma.

TODOS À PRAIA — É com propriedade que a colunista Ana Maria Cascudo disse, numa crônica da primeira quinzena de dezembro, que “o mundo todo está veraneando”. E só num ligeiro apanhado, pôde relacionar”: Arnaldo e Denise Gaspar, Augusto Carlos e Da Graça, Ezequiel e Letícia curtem Jacumã; em Muriú, Tota Zerôncio comanda uma turma animadíssima; também na Redinha estão Túlio Fernandes Filho e sua bonita esposa e filhos; Enélio Petrovich e Mirian...; em Búzios... Hélio e Celina Santa Rosa; Boré e Aninha; Maurício e Isolda”. Ela cita em Pirangi: Moacir Maia e Violeta, Valmir e Gláucia Targino, Maiorano e Edia, João Costa e Idalina, José Wilson. Aponta em Cotovelo, Walkíria e Neuri Abrantes, Dione e Almeida, Saldanha e Marlúzia, Mesquita e Odiléia, Kléber e Maria Eliza, além de vários outros.

É, realmente, uma lista imensa. E repartida. Há os grupos de Jacumã, considerada a praia mais sofisticada e com os veranistas mais “vips”; de



Levar sol: o ritual.

Pirangi, de Cotovelo, de Muriú, Redinha, Genipabu, além de praias menores e menos conhecidas de Ceará-Mirim.

UM RITUAL — Há, nessa temporada de veraneio, os vários estilos. Alguns se antecipam, como o empre-

sário Paulo de Paula que sumiu logo para tirar no início do ano 15 dias corridos de veraneio. Outros repartem o verão, como o presidente do Clube de Diretores Lojistas, João Costa, que veraneia aos pedaços, nos fins de semana, pela impossibilidade de fazê-lo de uma só vez. Essa prática é adotada

A surpresa desagradável

Este verão trouxe algumas surpresas desagradáveis para os visitantes e excursionistas que, anualmente, escolhem Natal como opção para as férias. Eles encontraram uma cidade que não está preparada para o turismo e com uma das suas praias mais bonitas seriamente afetada pela ressaca. Ponta Negra, a preferida dos excursionistas, onde dezenas de ônibus de outros Estados surgem todos os fins de semana com visitantes ávidos de sol e para desafiarem o Morro do Careca está, no mínimo, abandonada. O mar avançou muito sobre a fileira de casas que existe mais próxima a praia. Quando a maré está alta, do Morro do Careca até perto da subida para a Casa de Hóspedes, é impossível a permanência ou mesmo a passagem de banhistas. Os bares que, an-

tes, existiam por ali — como o famoso Recantão Jóia — hoje são pálidas figuras da animação de alguns anos. Uns poucos ainda tentam resistir com fortificações, subsistindo nos períodos em que a maré está baixa, com os garçons tentando desesperadamente motivar clientes. Os antigos pescadores armam e desarmam as suas barracas com o fluxo e refluxo das marés. Pacientes, eles sabem o momento ideal de descerem, fincarem as estacas na areia com meia dúzia de golpes certos e bem aplicados e armarem as barracas para venda de peixe, caranguejo e cachaça.



LUGAR PARA CARROS — Ponta Negra sofre também com o progresso. Nas faixas onde a natureza não exerce seus domínios com a fúria do mar, o homem e a sua paixão pelos veículos faz o resto. Não há proibição nem nada que regule o tráfego de veículos na faixa de praia em Ponta Negra. Os carros descem, ganham a areia e transitam livremente, por pouco não entrando também na água do mar, para o banho junto com o dono.

Os pescadores mais antigos de Ponta Negra acham que isso está prejudicando muito a praia:

— O povo não tem mais onde ficar — diz um deles, mostrando que a praia se torna, aos poucos, propriedade de alguns, com os seus acessos cercados de muros e quintais altos.

— Quem tem carro — diz o pescador — está passando é direto para “acolá”...

E mostra com o queixo a direção de Cotovelo, Pirangi, Barra de Tabatinga e Búzios,

por muitos profissionais liberais, jornalistas e empresários — assim como diretores de empresas do Estado. O empresário Zildamir Soares, por exemplo, procura conciliar o veraneio como os negócios. Isso ocorre porque Natal ainda não tem uma vida empresarial de modo a permitir a concessão de férias coletivas generalizadas, como é hábito nas empresas do Sul do País.

— Aqui — diz um empresário — a temporada de férias ainda é meio improvisada, assim como o veraneio.

Como no Sul as férias coletivas coincidem com o verão, é comum a vinda de muita gente para Natal. E até mesmo artistas conhecidos como o astro de telenovelas e ator de teatro Raul Cortez, um assíduo frequentador dos verões natalinos.



aquela história do visitante vir em busca da alardeada fartura de mulheres. Não é possível esconder a supremacia numérica das mulheres em relação aos homens e como, em função disso, os verões ficam tão mais coloridos em Natal. Mas os homens também são muito considerados. Muitas paulistas e cariocas — e gaúchas e mineiras — têm aportado por essas bandas e se apaixonado pelas belezas da Redinha e de Ponta Negra, nunca mais as esquecendo — e voltando, inclusive.

A DIFICULDADE DA ROTINA — É evidente que, com isso tudo, a rotina da cidade fica prejudicada. Até a qualidade do noticiário dos jornais de Natal é afetada. Muitos cronistas e muitas notícias de repente passam a abordar com certa insistência problemas relacionados com Ponta Negra, Redinha, Pirangi ou Jacumã. Isso é indicação de que os próprios redatores e suas fontes estão gravitando por esses setores. O jornalista Cassiano Arruda, em particular, deu uma boa massa de informações, em dezembro, sobre problemas da falta d'água... em Pirangi. Já Vicente Serejo dificilmente deixa de falar na Redinha e nos gauleses.

As redações dos jornais se esvaziam um pouco, ficando apenas com o essencial para o seu funcionamento. Até mesmo a Assessoria de Imprensa do Governo teve quase todo o seu pessoal redacional de férias. Os jornalistas, como é óbvio, também não são de ferro.

O MEIO VERANEIO — Como a cidade não pode parar e como todo mundo não é de ferro, há um bom

OS ACONTECIMENTOS — Mas as visitas de artistas nem sempre são formais. As temporadas nas praias mais distantes não são fatalmente bucólicas e há recantos onde elas não se processam de maneira necessariamente relaxantes. Correm, como é natural, mexericos. Há muita efervescência, nem tudo é absolutamente pacífico. Num dos últimos verões houve a coincidência da visita a Natal das mulatas de Sargenteli. Mesmo com o Sargenteli rígido e cioso na vigilância das suas mulatas, elas tiveram oportunidade de conhecer confortáveis casas de veraneio de uma das mais paradisíacas das nossas praias e se divertiram muito — e divertiram também os seus anfitriões, como seria de se esperar.



A alegre festa do sol, em todas as fases

No verão potiguar nem sempre há

grupo que adota um curioso sistema de meio veraneio, só possível numa cidade como Natal onde as distâncias ainda são pequenas. Não só as distâncias, como o próprio ritmo de vida profissional ainda não é muito exigente. Muitos têm podido conciliar as coisas de modo hábil. E, assim fazendo, não perdem o verão de todo. Isso é também possível porque o ritmo de atividades em várias áreas fica bastante reduzido, por essa época. Na política, na vida estudantil, na publicidade, no ritmo dos negócios e nas atividades do Estado. Este ano, esse ritmo foi mais reduzido ainda por causa da transição do Governo. A rigor, enquanto o novo governador não toma posse, o Estado fica em compasso de espera, em suas atividades essenciais, dando andamento apenas a aspectos formais, mas sem que decisões fundamentais sejam tomadas. Desse modo, um grande número de pessoas se permite a um meio-veraneio e a um meio-verão. Com esse método, nem perdem de vista o que se está passando nas praias mais próximas como Ponta Negra e Redinha, nem perdem contato com as possíveis novidades que estão surgindo na formação dos novos quadros dirigentes do Estado. E as vezes até é possível conciliar as duas coisas, quando o bem situado do dia é um veranista e pode oferecer informações de primeira à beira-mar, ao lado de um uísque amigo.



Também em Natal: meio veraneio

O VERÃO EM NATAL — O grupo mais numeroso é o que faz o verão mesmo em Natal. É o veranista de fim-de-semana, o estudante em férias que vai à praia todo dia e dá o co-

lorido nas areias da orla marítima de Natal ou em Ponta Negra e, à noite, sobretudo nos fins de semana, faz a alegria do "Baixo" ou das boates de Ponta Negra. Esses procuram aproveitar o máximo, extraindo a alegria do sol do modo mais simples e econômico possível, dentro dos limites das férias estudantis. O pensamento é um só: apanhar um bronze, aproveitar, curtir o sol, deixar de lado o noticiário sobre crise política e conjuntura internacional — especialmente a fantasmagórica sigla FMI. O sol apaga tudo. □



Noite é rival forte do Sol

po permaneceu num escuro de dar medo e se constituía em ponto preferido para tocaia de marginais, está brilhando de noite e de dia e vive, agora, um verão em tempo integral.

Há quem diga que o verão, à noite, está melhor do que de dia na orla marítima. As mesinhas soltas na calçada foi um achado tardio. É, para os natalenses mais veteranos de outras versões, estranho como uma idéia tão simples não

tenha entrado em prática há muito tempo:

— Esse atraso nos fez perder muitas boas noites na orla — lamenta um desses veteranos.

Com toda razão. A moçada queima os corpos de dia e vai refrescá-los à noite. Quando não emenda, em ocasiões especiais. E nessa questão de emenda, há o verso e reverso. Tanto há aqueles que começam na praia de dia e ficam até à noite, quanto os que começam de noite e amanhecem na praia, continuando de dia. Essa ordem não altera nada em termos de curtição.

Depois que a batalha do Vestibular terminou, o ritmo ficou mais intenso ainda. Comemorando, lamentando ou simplesmente exorcizando o sistema de ensino universitário, a orla sob luz artificial é campo vasto e ameno mesmo para os que não têm qualquer idéia a expressar.

A vedete deste verão em Natal não é o sol mas a luz artificial da praia dos Artistas. A iluminação da orla foi implantada na última parte da administração do ex-Prefeito José Agripino e muitos acham que, independente do famoso "marketing" político a que recorreu na campanha para o Governo, essa obra lhe rendeu muitos votos e popularidade entre a juventude dourada da capital potiguar. Não é sem propósito — e também não é mera coincidência — que, na campanha política, enquanto seu adversário estabelecia longínquos e cansativos roteiros para as suas passeatas, Agripino encontrava sempre um meio de levar para a orla marítima de Natal o fecho dos seus comícios. Inclusive, foi lá que realizou a comemoração da vitória.

De qualquer modo, a orla marítima de Natal, que por muito tem-



Praias: belas, mas sem cuidado

TURISMO

Não há progresso que faça o turismo no RN avançar muito

O turismo no Rio Grande do Norte continua engatinhando, apesar da boa vontade dos órgãos oficiais, a estrutura natural que o Estado possui e do esforço de algumas pessoas que se deixaram fascinar pelo sol de Natal e lutam, isoladamente, para atrair visitantes de forma sistemática. Quem melhor tem condição de criticar o turismo potiguar é o próprio turista. E quem mais sente os problemas dos turistas — tal vez mais do que os agentes de viagem — são os gerentes de hotel. Pois os gerentes ficam nos limites da indústria turística, nem pertencendo ao complexo que a aciona, nem ficando na outra ponta — a dos que se servem dela — mas são testemunhas ativas de todo o processo porque são o desaguadouro natural do fluxo turístico.

E, em Natal, nesta temporada de férias, os gerentes de hotel apresentam o mesmo rosário de queixas dos anos anteriores. Na verdade, não apresentam, mas repetem as queixas que ouviram com mais frequência dos visitantes que aqui chegaram procedentes, em geral, de São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul e de alguns países estrangeiros.

INFRA-ESTRUTURA PRAIEIRA

— E a queixa mais frequente que os gerentes de hotel têm escutado, segundo revelaram a RN/ECONÔMICO, foi contra o que parecia ser o ponto forte do turismo natalense: as praias.

— Os turistas reclamam da falta de infra-estrutura nas praias — diz José Guerreiro, gerente do Center Othon Hotel.

É uma reclamação, segundo ele, acompanhada, quase sempre, da ponderação sobre a “hospitalidade do natalense, a beleza natural, o clima, o sol”. Embora nada tendo a reclamar mais especificamente da temporada, o Center, mesmo tendo a seu favor uma rede nacional que o promove, só pôde contar com um índice de ocupação dos seus apartamentos, no pique da temporada, da ordem de 90%. No Hotel Sol que, por sua localização, também é muito escolhido pelos turistas e excursionistas, tem pouco a reclamar e a sua ocupação, segundo informações de um seu funcionário, José Maria, chegou até a 95%. Para ele, os “turistas são muito espontâneos e fazem poucas críticas”.

Já o gerente do Ducal, José Martins, ouviu muitas críticas dos turistas. Talvez porque o seu hotel con-



Os turistas acham que devia haver mais hotéis nas praias



Uma paisagem descuidada

tou com índice de ocupação de até 100% — mais pessoas, mais gente para reclamar:

— É inegável — diz ele — que as opções turísticas continuam muito reduzidas. É o Forte, é o cajueiro e mais nada além das praias.

Para o chefe da recepção do Hotel Samburá, Tarcísio Condi, os turistas gostam muito da limpeza da cidade e da arborização. O que, convenhamos, é muito pouco para uma cidade que pretende transformar o turismo numa indústria:

— O que os turistas reclamam — nota Tarcísio — é da presença de marginais nas praias. Eles estão até começando a ter medo de ir ao Forte dos Reis Magos.

O mesmo tipo de reclamação ouviu com muita constância o gerente do Hotel Internacional dos Reis Magos, Cícero da Silva. A sua opinião é que o turista gosta de tudo — ou quase tudo — em Natal:

— Mas o problema da insegurança o deixa muito assustado — diz ele.

HOSPITALIDADE X SUJEIRA — RN/ECONÔMICO também ouviu os

turistas. E recolheu opiniões semelhantes, inclusive de um peruano que veio a Natal atraído exclusivamente pela intensidade do sol. Uma paulista, Denise Mourmma, além da falta de segurança sugeriu que deviam ser construídos mais hotéis na orla marítima e que essa providência poderia ser fundamental para o turismo da cidade. Achou maravilhosa a facilidade com que se pega um táxi em Natal, mas considerou os motoristas pouco preparados para fornecerem qualquer tipo de informação. O carioca Edson Moraes disse, por sua vez, que não havia passeios programados na cidade e que o turista ficava sem ter qualquer orientação, apelando para a boa vontade das pessoas que encontra nas ruas:

— O turista entra num prédio, vê um monumento e não sabe o que é — queixou-se ele.

Cristina Trepiche, outra paulista, repetiu a reclamação de Denise com referência à falta de hotéis na orla marítima, enquanto outros turistas acharam que as praias de Natal estão precisando de mais atenção quanto à limpeza. □



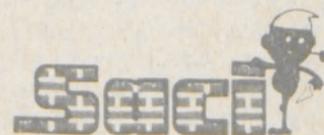
Os turistas acham que devia haver mais hotéis na praia



O PERFIL DE UM GRANDE CONJUNTO

São nervuras e blocos, formando a conhecida laje Volterrana. Mais economia de tempo e dinheiro, mais simplicidade na instalação, menos peso e muita qualidade é o que você terá quando colocar na sua obra lajes Volterrana. Lajes Volterrana é uma qualidade nacionalmente reconhecida. E quem a fabrica em Natal é a Saci — Material de Construção. A Saci mantém um estoque permanente de lajes Volterrana e pré-moldados de cimento para pronta entrega.

Procure a Saci. O Departamento Técnico da loja lhe ensinará tudo sobre lajes Volterrana.



MATERIAL DE CONSTRUÇÃO

Rua Pte. Bandeira, 828
Tels.: 223-3626 / 3627 / 3628
Av. Rio Branco, 304 — Ribeira — Natal-RN



Lojas vazias no início do ano: arrepio dos lojistas, medo dos tempos ruins

CONJUNTURA

Foi tudo muito bem. Mas nada indica que será a mesma coisa mais uma vez

Considerado um ano político em virtude das eleições gerais de novembro, 1982 transcorreu calmamente. E, não se deixando de reconhecer a importância histórica da escolha direta dos governantes, os demais acontecimentos não se constituíram em decisões fortes que trouxessem mudanças bruscas à vida do povo brasileiro.

Falar retrospectivamente a respeito do que foi o ano exige análises, questionamentos e até um certo desejo de que a vida, enquanto existência, continue fluindo e a luta, também, tenha sua continuidade. A este desejo, juntam-se as perspectivas para o novo ano.

Diversos fatores foram escolhidos, como é comum nesses balanços, variando em questões de tratamento e prioridade. A seca obteve lugar de destaque como um dos maiores problemas existentes no Estado. Em 1982, houve a sua continuação atingindo o quarto ano consecutivo. Segundo o deputado Roberto Furtado — atual Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (Secção RN) — “atingindo o quarto ano de seca, a economia do Estado a cada dia se deteriora, concorrendo para isto a forma paternalista do Governo enfrentar o problema”. Já o Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do RN, sr. José Francisco da

Silva, também atribui graves questões sociais como o abandono ao campo, a consequente inchação nas maiores cidades do Estado, provocando desemprego e limitação da produção agropecuária, como causas gritantes deste longo período de estiagem pelo qual o Estado atravessa. Este êxodo campo-cidade sobrecarrega outros setores de trabalho, dentre eles, o da construção civil que sofre desequilíbrios enormes com a absorção da mão-de-obra desqualificada do homem rural em suas fileiras. “Geralmente eles se tornam serventes de pedreiro e após qualquer chuva, 30% desta mão-de-obra volta ao campo, já deixando desfalque”, é o que afirma o Presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do RN, Pedro Ricardo Filho.

TODOS SETORES — Reconhecendo a influência da seca em todos os setores da economia do Estado, e destacando sua contribuição, em índices elevados, para a retração do mercado local, o sr. João Costa, Presidente do Clube dos Diretores Lojistas, solicita apoio maior por parte do Governo e a centralização de verbas para a Emergência como medidas que certamente amenizariam esta situação. Mais repleto de fatalismo e esperança está o arremate final do pensamento do sr. José Francisco da

Silva: “Vamos fazer uma reunião com todos os sindicatos agrícolas do Estado para traçar um plano de trabalho, reivindicando às autoridades competentes, resoluções para o problema da seca. Nós vimos 1982 como um ano muito difícil e, no momento, não vemos perspectivas de melhora, a não ser que Deus dê inverno far-to para o povo do RN”.

Já o representante dos trabalhadores na construção civil, Francisco Silva do Nascimento, ressalta a oferta de trabalho e mão-de-obra neste mercado, frisando que em 1982 surgiram muitas casas populares e conjuntos habitacionais para serem construídos. “É que, apesar do crescimento da inflação a cada ano, esperamos que a situação do mercado da construção civil, melhore em 1983. É bom reconhecer que o Governo tem boas intenções em debelar a inflação”, complementou ele.

TAMBÉM A COPA — Até a Copa do Mundo marcou presença entre estes fatos tidos como mais importantes. Quem fez considerações sobre o evento, foi o sr. João Costa, Presidente do Clube dos Diretores Lojistas, ressaltando mudanças nos hábitos de consumo da população por ocasião do Campeonato Mundial de Futebol: “Apesar do resultado negativo alcançado pelo Brasil, determinados



Perspectivas ameaçadoras...

segmentos do comércio local, entre eles o de eletrodomésticos, foram beneficiados, pois os aparelhos de TV e de rádio portátil tiveram grande procura”, afirmou. Sr. João Costa continua afirmando que 1982 talvez tenha sido um dos piores anos, “pois podemos observar maior endividamento das empresas em função das dificuldades e a escassez de crédito, elevação das taxas de juros e a diminuição do poder aquisitivo, como também o aumento dos preços, que reduziram significativamente o poder de compra por parte do consumidor”. Como elementos de comprovação a estas afirmações, apresentamos aqui alguns



... com índices realmente baixos

dados estatísticos do SPC — Serviço de Proteção ao Crédito — aumentou em 12% a mais que 1981; as fichas negativas; o número de clientes mau pagadores aumentou 25% em relação a 1981 e o número de clientes inadimplentes (não reabilitados) em 15%; também com relação ao ano de 1981.

1982 foi também considerado um ano de consolidação das dificuldades econômicas do País. E, segundo o Presidente da Federação das Indústrias do RN, Fernando Bezerra, “estas dificuldades se deram, principalmente, em detrimento da escassez de crédito e elevação das taxas de juros



João Costa

Nem os mais otimistas ousam pensar em termos de otimismo, no presente

O balanço que, normalmente, empresários e homens públicos do Rio Grande do Norte têm feito apresenta um dado unânime: dificuldades. Nem o mais otimista dos empresários ousa encontrar ângulos que permitam análises otimistas. O motivo é bastante simples: não existem tais ângulos. Em entrevista que concedeu ao número anterior de RN/ECONÔMICO, o governador eleito José Agripino definiu as coisas com propriedade, embora falasse de outros temas: não se pode pensar em muita coisa com a atual estrutura fiscal do Brasil. No início da segunda quinzena de janeiro, governadores do PDS — todos do

Nordeste e eleitos no último pleito — repetiram justamente a tese do jovem governador potiguar. E colocaram como condição indispensável ao desenvolvimento da região mudanças urgentes na política tributária.

Possivelmente com um impasse de tal natureza, inerente à própria antiga estrutura econômica do País, não é possível que um empresário, de sã consciência, se permita prognósticos ou balanços otimistas. Todos os demais fatores — até mesmo a seca — são circunstanciais. Com um dado: são circunstâncias sempre agravadoras, nunca atenuantes.

Há empresários que se permi-

tem otimismo. Mas otimismo também circunstanciais. Otimismos que se baseiam em particularismos da sua empresa, que tem a sorte de navegar razoavelmente bem em águas turvas, talvez por dispor de comandantes particularmente bem dotados.

Não se poderia esperar, de qualquer forma, balanços e perspectivas esfuziantes. A realidade é evidente demais. Uma realidade que mais se realça com as cores negras de uma irregularidade climática implacável, se arrastando já por cinco anos sem que nada possa deter esse processo.

Seria o caso de se perguntar: se se sabe a resposta, por que então fazer balanço de um Estado como o Rio Grande do Norte, quando já se sabe a resposta? Aliás, a resposta mais comum, a nível particular, de quem se vê diante da pergunta sobre o que foi ou vai ser do Rio Grande do Norte, é “depende da chuva”.

que provocaram a descapitalização das empresas de uma maneira geral, principalmente as pequenas e médias, que são mais carentes de recursos de terceiros. O que nós sentimos em 1982 é que, apesar de ter sido um ano de abertura política, nós não podemos expandí-lo a todos os setores — como exemplo, o econômico. Não ocorreu nenhuma abertura na área econômica, pois as decisões continuaram sendo tomadas em gabinetes, através de decretos e decisões internas, sem consultas abertas ao empresariado, nem à classe política em geral”. Ainda segundo Fernando Bezerra, a Região Nordeste possui determinadas particularidades que necessitam de tratamento diferenciado das demais regiões do País: “O Nordeste produz mais do que consome e, além do mais, não foi o causador do quadro econômico ao qual chegamos; é uma região muito mais exportadora que importadora. Não deveriam ser cortados os investimentos públicos a esta região, nem tampouco deveriam ser aumentadas as taxas de juros. De forma particular, elas deveriam ser excepcionalmente mais baixas”.

No tocante à autonomia da região, Reginaldo Teófilo, Presidente da Federação do Comércio, espera que o Nordeste saiba cobrar a sua força política, não aceitando a ampliação das desigualdades. E complementou: “É exatamente este o grande e prioritário desafio dos novos governantes e de todas as lideranças da região”.

AS ELEIÇÕES — Consideradas como um passo para a redemocratiza-



Fernando: tratamento diferenciado



Reginaldo: saber cobrar

ção do País, as eleições ganharam destaque no cenário nacional e entraram na história, principalmente após bom período de afastamento da população na escolha de seus governadores, por via direta.

De acordo com a opinião do deputado Roberto Furtado, as eleições foram uma conquista do povo através de suas lutas. Frisou: “Que o desenvolvimento do povo não se consolida com a situação do parlamentar — o que ocorre em regimes de plena democracia. No entanto, esperamos que a própria população, através de suas organizações de classe, conquiste medidas que venham a beneficiá-la”.

Confirmando a importância das eleições, o chefe do Gabinete Civil, Fernando Gomes, afirma animadamente que “mais importante que tudo foi a vitória do Governo neste quinze de novembro”.

O jornalista Arlindo Freire, como Presidente do Sindicato da categoria, concorda que as eleições se constituíram num grande avanço para a prática democrática no País: “Achamos também que os jornalistas tiveram uma participação significativa, apesar de terem sofrido certas restrições no seu trabalho de levar a notícia ao público”, afirmou. “Confiamos também que toda a comunidade compreenda a importância do profissional da comunicação para o bem-estar e o progresso da pessoa humana”, disse.

“O reencontro do povo brasileiro com a democracia”, foi assim que definiu as eleições o atual Secretário da Indústria e Comércio, Jorge Ivan Cascudo Rodrigues.

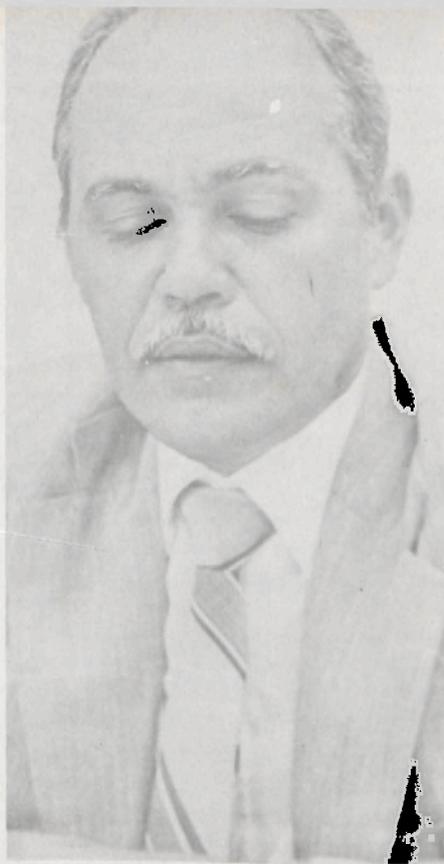


Jorge: reencontro com democracia

Reginaldo Teófilo ressalta em 1982 o início de uma nova etapa política da vida brasileira: "Foi um ano marcado por uma eleição geral, após uma campanha ampla e transcorrida num ambiente de respeito e livre manifestação. Fato que encaminhou bem a vida brasileira para a nova realidade de 1983".

É inegável a expectativa sentida nos entrevistados a respeito do desempenho dos novos governantes que assumirão no próximo 15 de março. Segundo Pedro Ricardo, os trabalhadores na indústria do RN vêem o novo governante com muita esperança em dias melhores: "Nós acreditamos na capacidade de gerenciar que ele já demonstrou possuir, e vamos lhe oferecer sugestões que sejam benéficas à nossa classe".

O FMI E SEU ESPELHO — As mudanças na política econômica do País e os sussurros que circulam a respeito de uma grave crise na economia, que todos nós iremos sentir, constituem-se no principal assunto do mo-



Roberto Furtado

mento em quase todos os ambientes, em diferentes situações, lugares e horas que vivemos e passamos. É assunto tão contagiante que não nos deixa isentos de qualquer consideração. A toda esta difusão, deve-se o fato de o Brasil haver ingressado no FMI, acreditando ser uma medida inevitável para o combate das suas atuais dificuldades financeiras no plano internacional. O objetivo é "colocar a casa em ordem". Desta forma, seus moradores, inevitavelmente, sofrerão qualquer influência em detrimento desta "arrumação".

Para Roberto Furtado esta medida significa a total sujeição do País aos interesses do capital estrangeiro. Chegando a afirmar: "Se antes as decisões econômicas eram tomadas aqui no País, com a interferência das multinacionais, hoje podemos dizer que estas decisões já não são tomadas sequer aqui, pois existem interesses outros e não são os brasileiros que irão decidir sobre a economia nacional.

Mais contundente e otimista em

Salários: das previsões para nova realidade

Em meio a previsões sobre o que aconteceu e o que poderá ou não acontecer, aparece a realidade da nova lei salarial. Uma realidade precedida de muitas especulações. Como todas as especulações nestes momentos difíceis e incertos da economia, as sobre a nova lei salarial tenderam a criar incertezas não exatamente do lado do empresário mas entre a massa assalariada. Da parte do assalariado não poderia haver perspectiva do pior, porque, segundo alguns, pior do que estava não poderia ficar. Os 10% acima do INPC nos reajustes semestrais para todos os níveis salariais era realmente um impasse. Todo mundo sofria. Inclusive, os altos executivos, que estavam com os seus salários subindo estratosféricamente, assustando as empresas. Com os critérios da antiga lei salarial, quando um funcionário de uma empresa atingia a condição de médio nível passava a se constituir, por melhor que fosse a sua qualificação, num problema.

As modificações introduzidas pelo Presidente João Figueiredo, através de decreto-lei, amenizam as coisas. Os critérios de produtividade — que são muito subjetivos no Brasil, inclusive porque em muitos setores simplesmente não há



produtividade — vão ser discutidos entre sindicatos e empresas, livremente. Os altos salários vão ter seus reajustes negociados entre patrões e empregados. Na prática isso significa que, em muitos casos — sobretudo nos de média e

pequena empresa —, quando o aperto for grande, haverá a possibilidade de uma concordância para adiamento do aumento.

Há, de todo modo, mesmo com as boas intenções, muito de obscuridade no mundo dos salários. A grande vantagem em tudo isso, porém, segundo alguns empresários, é que o Governo abre bastante espaço para as negociações diretas entre empregados e patrões, deixando de lado a compulsoriedade de certos reajustes. Por esse aspecto, dizem os técnicos que as previsões são de uma "economia mais competitiva". O mercado de trabalho fica mais entregue ao livre jogo das negociações e da qualificação". Seria bom, segundo os empresários, que esses critérios passassem a valer também para as empresas públicas, em todos os níveis.

Para as empresas mais frágeis do Nordeste os reflexos serão mais favoráveis. É inegável que os custos da antiga política salarial eram muito pesados para elas. Muitos empresários viviam angustiados. Mas também seus problemas não residem só nisso. O custo do dinheiro é, ainda, segundo afirmam, o obstáculo principal. Onde começa e termina tudo.



Há crise. Mas Alvarar acha que todo País

a tem

sua declaração foi Reginaldo Teófilo, quando afirma que “a nova postura das autoridades da área econômica, através de diretrizes já definidas de austeridade, como também as novas condições de fiscalização do Congresso Nacional, são alguns fatores que nos fazem acreditar numa vida melhor. Condições dos negócios públicos e privados se farão com mais segurança e mais consciência do quadro difícil da economia mundial, na qual estamos engajados”. E complementou: “Após o primeiro trimestre de maiores dificuldades, com a implantação da nova política de contenção inflacionária, acreditamos que teremos um ano melhor do que 1982, se forem cumpridas as diretrizes traçadas”. Fez ainda um pequeno apelo: “Haverá necessidade de um maior

empenho de todos nós, num trabalho redobrado, porque é a única forma de vencermos a crise. A propósito, é bom lembrar que crise — como já se sabe — é o somatório de dificuldades e oportunidades. Oportunidades estas, que são imensas num País de 120 milhões de brasileiros e potencialmente rico”.

A **CRISE** — Vivemos uma época de muita ansiedade. Igualmente, o mundo experimenta uma grande fase de transição. A tecnologia fala muito alto e provoca um certo atordoamento no homem. É como fruto da nova fase tecnológica que o mundo vive, que o Professor Alvamar Furtado vê a crise econômica: “É interessante frisar que não se conhece na história do mundo, nenhum país que não hou-

vesse vencido suas crises, sejam elas de qualquer ordem”, acrescentou, reforçando ainda que estas crises são inegavelmente superadas. “Reconheço a seriedade do período crítico pelo qual passamos e que vai exigir um esforço enorme por parte dos homens públicos para solucioná-lo. Como também faz-se necessário que as medidas tomadas na intenção de enfrentá-la sejam feitas amplamente, com a participação do povo brasileiro, que necessita também compreender as causas e estudar suas saídas.

Indagado se para esta participação o povo teria que estar preparado, e conhecer a fundo o curso da história de seu País, o professor concorda e destaca que este é um requisito básico. “Porém, lamentavelmente, o brasileiro é mal informado e um tanto acomodado diante de seu poder participativo na vida do País”, acrescentou. “Não sabemos a quem culpar diretamente e nem nos arriscamos a fazer isto, pois vemos que esta falta de preparo — que chega a afetar a própria vida de cada um — passa até pelas arcadas das escolas, do processo de alfabetização em geral. O que nos deixa preocupado é a constatação de um certo ressentimento generalizado estampado nos rostos...”. Ele se considera um otimista e ainda afirma: “Não se deve decompor o passado, nem antecipar as conclusões do futuro, porém reconhecemos que o descontentamento irracional não constrói nada”.

O professor acredita em decisões abertas. E gostaria de presenciar a participação de todas as classes sociais na problemática atual. “Os políticos não podem fazer politicagem diante da gravidade da situação. É necessário a divisão da responsabilidade, para levar o povo a conviver e a valorizar seu patrimônio, aprendendo a administrar suas dificuldades. Esta divisão de responsabilidades passa pelo bom funcionamento dos três poderes políticos”, acrescentou.

Com estas afirmações, o professor nos levaria a pensar na relevância do espírito crítico e de domínio da realidade que todos nós deveríamos carregar, para que, de uma maneira responsável pudéssemos influir seguramente na vida do País. Esta atitude faz parte da própria escolha democrática. Louvá-la ou lembrar aqui que chegou a hora de buscar uma outra fórmula de integração nacional que não seja o futebol? (Annamaria Jatobá). □

PARA COMPRAR PEÇAS FIAT VOCÊ NÃO PRECISA SAIR DO ALECRIM. SAVEL ABRIU SUA FILIAL



Peças genuínas Fiat, você agora pode adquirir no centro do bairro do Alecrim, num local de fácil acesso. Próximo ao cruzamento da Presidente Bandeira com a Olinto Meira foi inaugurada a primeira filial da Savel.



SAVEL. SALUSTINO Presidente Bandeira. 737
VEÍCULOS LTDA. Alecrim — Tel.: 223-1551
 Natal-RN

Cresce mais a procura do que a oferta

A força de trabalho no Estado vem crescendo e as ocupações vêm diminuindo. Os técnicos têm termos e palavras mais pomposas para definir essa situação, conforme se pode constatar por recente relatório a respeito da situação de emprego — e desemprego — no Rio Grande do Norte. Mas o fraseado todo quer dizer simplesmente isso. O quadro de desemprego tem, porém, um pano de fundo com muitos tons. Um deles é, segundo os técnicos, o conseqüente aumento das “taxas de subemprego” e das faixas de baixa renda. O que, em linguagem mais direta, significa dizer mais gente se dedicando a biscates e mais gente pobre.

A essa altura, o problema do desemprego no Rio Grande do Norte é matéria para estudos mais densos. No relatório governamental é dito que o “subemprego e ociosidade do fator trabalho vêm provocando distorções no sistema produtivo do Estado em virtude da insuficiente alocação de recursos humanos e conseqüente defasagem entre produção e renda agregada”. Do mesmo modo, salienta que “a persistência e crescimento do hiato apresenta-se como um dos atenuantes básicos para uma maior dependência do consumo autônomo, em termos de renda e incremento da população de subsistência”.

PIOR, NAS MAIORES — Embora a palavra seca — ou estiagem — praticamente não seja pronunciada explicitamente, o relatório sobre desemprego dá como fator agravante da situação os “anos de anormalidade pluviométrica”. Essa “anormalidade”, segundo o relatório, direciona a mão-de-obra agrícola ávida por ocupação para cidades como Natal, Mossoró e Currais Novos.

— Com as secas de 1970, 1976 e 1980 — diz um trecho — ficou retratada, nesta década, uma intensidade do crescimento na oferta do fator trabalho, composta quase que totalmente por pessoas desqualificadas e de baixa renda.



A procura dos empregos



Euza: boletim de vagas

O impasse crucial apontado pelos técnicos é justamente esse: o crescimento da oferta de trabalho, com a mão-de-obra liberada da agricultura com “a estabilidade da demanda, mais especificamente em Natal”.

Ao mesmo tempo em que se amplia a mão-de-obra desqualificada disponível, se escolhe o mercado que poderia absorvê-la, surgindo, em contrapartida, setores exigentes de mão-de-obra com especialização refinada. Isso é o que os técnicos chamam no relatório de “distorção”.

Essa “distorção”, ou desencontro entre as necessidades de uma economia que se afunila e um contingente de desempregados que se espalha sem nenhuma capacidade em especial, culmina com o surgimento de ocorrências urbanas indesejáveis, como, segundo o jargão dos técnicos, os “assentamentos subnormais” — que os mortais simples conhecem como favelas.

Toda essa situação tem um aspecto sumamente caprichoso. Há empregos altamente especializados, mas falta

mão-de-obra treinada para exercê-los e quase sempre é preciso importá-la; há mão-de-obra sobrando, mas desqualificada, sem empregos suficientes para absorvê-la.

O quadro é assim descrito pelos técnicos:

— Em função de toda essa estrutura descontínua em termos de renda, emprego, salário, qualificação profissional e produção, as variáveis sociais que envolvem a coletividade têm atuado no sentido de oprimir e marginalizar as classes sociais, principalmente junto à população residente nos bairros periféricos e de baixa renda da zona urbana.

TENTATIVAS DE SOLUÇÃO — O Governo vem tentando fazer alguma coisa através do instrumento de que dispõe: o Sine. Há planos, como o Programa de Apoio aos Trabalhadores — Patra, para tentar conciliar as distorções encontradas pelos técnicos. Em fevereiro, o Ministério do Trabalho estará divulgando um boletim, a nível nacional, relacionando vagas existentes em cada Estado. Isso, segundo informações da coordenadora estadual do Sine-RN, Maria Euza, já é resultado de uma reunião que foi realizada em Brasília quando foram examinadas todas as questões relacionadas com o desemprego no Brasil.

Em Natal, o Sine realiza levantamento no mercado de trabalho e procura conhecer com precisão o número de desempregados, nas diversas faixas, com vistas a um plano de adequação e que tem o objetivo de minimizar, tanto quanto possível, as distorções e desencontros já apontados pelos técnicos. □

Secretaria da Administração trabalha em favor de 35.395 funcionários públicos do Estado

Quatro aumentos gerais e seis reajustes semestrais, pagamento rigorosamente em dia, a Lei de Contagem Recíproca do Tempo de Serviço, aposentadoria especial para os professores, concessão da paridade de vencimentos entre os servidores aposentados e ativos, isenção da contribuição previdenciária em favor dos aposentados, além da elaboração do Plano de Classificação de Cargos, foram algumas das principais ações desenvolvidas pela Secretaria da Administração, em favor dos 35 mil 395 funcionários públicos do Estado, durante o Governo Lavoisier Maia.

Apesar de quatro anos consecutivos de estiagem, que prejudicaram a arrecadação da Fazenda Estadual de forma acentuada, as diretrizes determinadas pelo Chefe do Executivo não sofreram solução de continuidade e, até certo ponto, serviram de estímulo para o secretário Assis Câmara, que atuiu programas de contenção de despesas, sem prejudicar o plano traçado pelo governador.

AÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO — A Secretaria da Administração é uma unidade instrumental que presta serviços de apoio às demais Secretarias e a outros órgãos estaduais nas áreas de PESSOAL, MATERIAL, PATRIMÔNIO e SERVIÇOS AUXILIARES, além de ter sob sua responsabilidade o ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL, criado em 1978. A atuação da SAD se faz através do Sistema de Administração Geral, que funciona por intermédio das Unidades Setoriais de Administração existentes em cada uma das Secretarias de Estado, responsáveis pela aplicação das orientações técnica e normativa emanadas da Secretaria da Administração.

PESSOAL — Conforme o secretário Assis Câmara, é na área de

PESSOAL onde se concentra a maior atuação e esforço da sua pasta, mas, em contrapartida, justamente neste setor também são encontradas as grandes dificuldades. O sistema de pessoal do Estado conta hoje com um quadro de 35 mil 395 servidores, sendo 30 mil 257 civis e 5 mil 138 militares (ativos e inativos). Desse efetivo, 13 mil 918 encontram-se no regime estatutário e 14 mil 417 são contratados. Incluem-se aí 2 mil 238 servidores civis aposentados e 1 mil 052 policiais reformados. "É para esse universo de funcionários que se volta a ação da Coordenadoria de Recursos Humanos da Secretaria da Administração", resalta Assis Câmara.

MATERIAL — Nesse setor destaca-se a atividade de licitação, concentrada na SAD a partir de 1977. Para se ter uma idéia da atuação dessa área, basta informar que durante os 4 anos do Governo Lavoisier Maia, computando até dezembro último, foram realizadas 1 mil 196 licitações para bens e serviços, num total de Cr\$ 2 bilhões e 500 milhões, quando foram adquiridos os mais diversos produtos. Nesse setor adquire-se desde o lápis esferográfico até mesmo avião e computador. O provimento de bens é outra importante atividade da área de Material, através do Almoxarifado Central, que vem representando significativo fator de redução de despesas, pela aquisição de mercadoria em larga escala e maior controle na distribuição.

PATRIMÔNIO — Essa atividade foi marcada durante o Governo Lavoisier Maia pelo cadastramento de todos os prédios públicos do Rio Grande do Norte, na capital e no interior, quando foram detectados 1 mil 218 imóveis nos 151 mu-

nicípios. No projeto consta, além da localização, o estado em que se encontra a construção, área coberta e dimensão do terreno, órgão a que pertence, em que foi utilizado e outras informações.

SERVIÇOS AUXILIARES — O controle de combustíveis e a padronização da frota de veículos do Estado mereceram especial atenção, notadamente a partir das medidas adotadas pelo Governo Federal, em 1977. O Estado possui, hoje, 520 veículos, sendo apenas 25 de representação e 495 destinados aos serviços gerais, incluindo-se viaturas da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros e ambulân-



cias. Desse total, 153 são movidos a álcool (30 por cento da frota), 346 utilizam gasolina e 21 queimam óleo diesel.

A frota consumiu, no ano passado, 738.308 litros de gasolina, 389.078 litros de álcool e 155.268 litros de óleo diesel. O controle de combustível posto em prática pela SAD chegou a tal ponto que, o consumo registrado em 82 foi, proporcionalmente, inferior ao de 79, pois, considerando-se a elevação da frota em torno de 60 por cento, foram gastos ano passado 1 milhão 128 mil litros de gasolina/álcool, contra quase 900 mil litros naquele ano.

ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL — O Rio Grande do Norte compensou a situação de ser o único Estado do País sem arquivo público com a implantação do Sistema Estadual de Arquivo, sendo o primeiro a funcionar nos moldes padronizados na área federal. Todo o acervo documental vem sendo acondicionado no AP obedecendo

as mais modernas técnicas de preservação e de forma racional, permitindo fácil utilização nas pesquisas.

O Sistema de Arquivo Público reúne todos os arquivos setoriais dos organismos estaduais, que se organizaram dentro de um único padrão técnico. Por essa nova forma, os documentos permanecem durante cinco anos no órgão de origem e, após esse período, são encaminhados ao Arquivo Público, onde podem ser utilizados pelos interessados. Os documentos históricos, assim considerados por uma comissão especial, podem ser requisitados para pesquisas ou estudos diversos.

outros benefícios levados aos mais de 35 mil funcionários do Estado.

PAGAMENTO EM DIA — Assis Câmara destacou também o esforço empregado para que o servidor receba em dia os seus vencimentos, haja vista as dificuldades advindas dos problemas causados pela seca. Disse o secretário da Administração que é da maior importância para o funcionalismo e para o Governo a manutenção do atual sistema de pagamento. "Para isso, a Administração estruturou-se e obteve o indispensável apoio da Datanorte, chegando ao ponto de anunciar, com um ano de antecedência, as datas de paga-

o servidor, valorizando-o na sua função, permitindo-lhe a necessária motivação para que se realize na atividade que exerce. Felizmente, foi possível compatibilizar essas aspirações com as possibilidades financeiras do Estado, no documento enviado pelo governador Lavoisier Maia à Assembléia Legislativa. O Plano de Classificação de Cargos será o instrumento de organização capaz de atender aos interesses dos servidores e aos objetivos do Estado", acrescentou o secretário.

PRINCIPAL PROJETO ATUALMENTE — A Secretaria da Administração concentra sua equipe técnica na implantação do Sistema Integrado de Pessoal, que foi elaborado e desenvolvido pela Coordenadoria de Recursos Humanos em articulação com a Datanorte e objetiva consolidar, em um banco de dados, todas as informações referentes ao servidor. O sistema substituirá quatro programas distintos, alimentados diferentemente: folha de pagamento, cadastro de pessoal, PIS/PASEP e FGTS, que serão centralizados em apenas um projeto.

Com o funcionamento desse sistema, serão instalados terminais de computação na Secretaria da Administração, bem como utilizados serviços de microfilmagem nas informações cadastrais. Desta forma, será possível obter-se uma grande quantidade de dados, que vão facilitar as ações nas áreas de pessoal, com melhor análise de custos, tais como, faixa etária do servidor, grau de escolaridade, lotação, tempo de serviço e número de dependentes.

DESBUROCRATIZAÇÃO — No campo da desburocratização, entre outras medidas que simplificaram a vida do cidadão e do servidor, dentro do programa traçado pelo Governo Federal, merece destaque a prática da Delegação de Competência, instituída no Governo Estadual. Para se ter uma idéia do que isso representa, basta dizer que menos de 5 por cento dos atos administrativos são assinados pelo governador do Estado. Esse desafogo de papéis, permite ao governante tempo disponível para sua ação administrativa, uma vez que atos de rotina, como por exemplo, contratações, rescisões, exonerações, aposentadorias e tantos outros, sejam assinados pelos seus secretários, através de resoluções e portarias.

mento do exercício seguinte".

Prosseguindo, lembrou o titular da Administração que o governador Lavoisier Maia cumpriu o que prometera no início da sua gestão, de antecipar os aumentos gerais, antes concedidos em outubro, para o mês de maio, fazendo coincidir-los com o reajuste do salário mínimo regional. "Apesar do longo período de estiagem, com grandes reflexos na economia do Estado, foram concedidos quatro aumentos gerais e seis reajustes semestrais, estes últimos beneficiando aos servidores mais humildes e assegurando salário mínimo estadual sempre acima do regional.

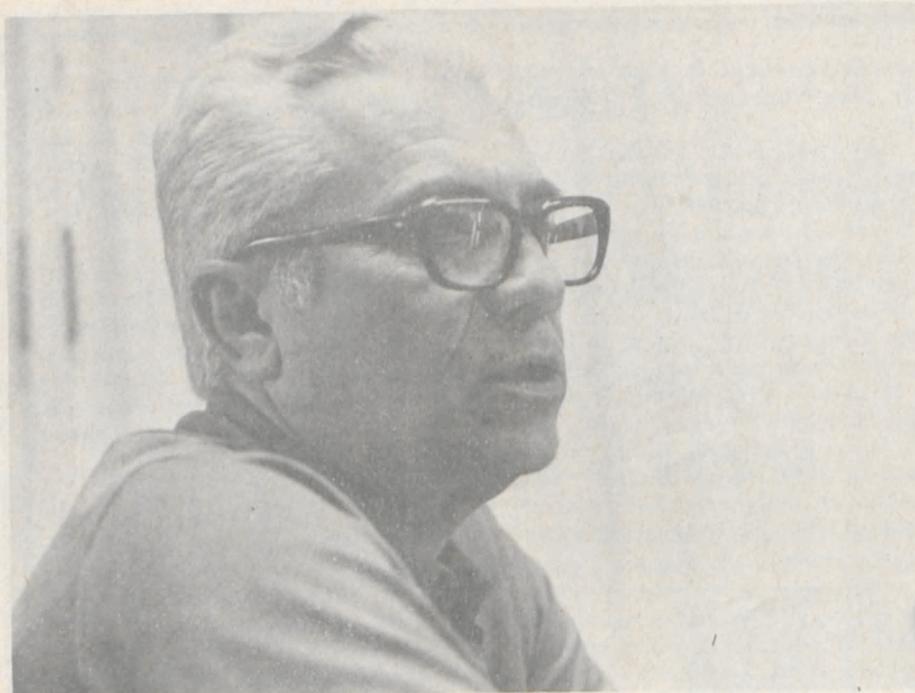
CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS — Classificando-o com a principal aspiração, hoje, do funcionalismo público estadual, o Plano de Classificação de Cargos, para Assis Câmara, foi uma das principais diretrizes postas em prática no atual período governamental. "Torna-se cada vez mais evidente a necessidade de profissionaliza-

PRINCIPAL META — Para o secretário Assis Câmara, a principal meta do Governo Lavoisier Maia, na área de Recursos Humanos foi a valorização do servidor:

— A ação governamental, nesse sentido, foi ampla e eficiente, sendo inegável o reconhecimento público em torno das medidas de relevância em benefício do funcionalismo estadual. Citaria, entre outras, a Lei de Contagem Recíproca do Tempo de Serviço, que permite ao funcionário computar, para fins de aposentadoria, o tempo de serviço prestado à empresa privada; a efetiva implantação do Estatuto do Magistério, com o enquadramento de mais de 10 mil professores no regime estatutário, todos com as vantagens funcionais decorrentes desse novo regime; a concessão da paridade de vencimentos entre aposentados e servidores em atividade, antiga aspiração dos primeiros; aposentadoria especial para os professores aos 30 anos de atividades e professoras aos 25 anos, dentre vários



Assis Câmara: nosso esforço se concentra mais na área de pessoal



Dinarte explica os mecanismos da restrição

PREVIDÊNCIA

Dinarte diz que restrição é uma questão de economia

O superintendente do Inamps no Estado, Dinarte Mariz Jr. declarou que, diante das dificuldades operacionais orçamentárias da entidade, tornou-se necessária a restrição no número de leitos hospitalares, muito embora nos casos de gravidade seja permitida a internação de doentes, mesmo superando-se o total de atendimentos destinados ao setor. Acrescentou que antes a medida já vigorava, mas, frente ao crescimento dos problemas orçamentários, o Inamps, que permitia a superação do número máximo de internamentos, passou a cumprir com maior rigor as determinações quanto ao assunto, somente liberando o máximo permitido.

Segundo disse, a superação do total de internamentos não constituía atos ilegais por parte da rede hospitalar, já que o próprio Inamps permitia tal situação, que agora, por conta de problemas administrativos, teve que inverter-se. Revelou também que os casos excepcionais, de internação fora dos limites, têm ocorrido, mas não muitos, acrescentando que para o cumprimento das metas orçamentárias há aquelas que são físicas, voltadas para o previdenciário, mas há

também as que são de caráter nitidamente técnico, direcionadas para a aplicação de verbas diante de uma certa realidade, e que é assim que o Inamps tem de atuar, conciliando as duas situações.

PROJETO NATAL — Continuando, contou que como forma de suprir-se as dificuldades setoriais, o Inamps e a Secretaria de Saúde do Estado estão mobilizando-se para ativar o Projeto Natal, que objetiva a utilização dos espaços ociosos da Secretaria da Saúde, visando o atendimento nos bairros, através de postos e demais serviços setoriais já instalados, mas que poderão ter redimensionada para mais o seu potencial de atendimento.

A iniciativa, que denomina-se de Projeto Natal, certamente, acredita Dinarte Jr., que surtirá bons efeitos, favorecendo a todos os previdenciários. Isso, diz também, deverá, além de colocar mais serviços à disposição dos segurados, diminuir as filas no atendimento central da Ribeira, já que a comunidade previdenciária passará a contar com uma rede descentralizada de serviços médicos, movimentados através de 22 módulos assistenciais da Saúde.

Continuando com suas declarações, disse que é objetivo do plano de assistência ambulatorial atender a todos os segurados da Previdência residentes numa determinada área, facilitando não só o deslocamento do assistido como também desburocratizando o desempenho do Inamps e ampliando a ação da Saúde.

COMISSÃO EXECUTIVA — Representantes do Inamps, da Secretaria da Saúde e do Ministério da Saúde estão reunidos em Comissão Executiva a fim de dimensionar o projeto em toda a sua abrangência, revelou,



Projeto Natal melhorará atendimento

adiantando que a partir do dia 1.º de março todos os objetivos e metas já estarão fixados e a globalidade do sistema será acionada.

Detalhando as informações, disse que a Comissão, ao contrário do que geralmente ocorre, não será desconstituída após a ativação do sistema de atendimento: “Não. Ao invés disso, nós manteremos um permanente trabalho de observação de desempenho do atendimento que iremos prestar, reformulando aspectos que venham a demonstrar qualquer falha ou não cumprimento dos propósitos a que foi estipulado”.

Fazendo questão de garantir que “o projeto foi elaborado com muita calma para vir a funcionar bem”, Dinarte Jr. acrescentou que técnicos do Inamps, Saúde e Secretaria da Educação serão envolvidos num trabalho conjunto visando dar atendimento a toda Natal, através da utilização da rede de atendimento que o órgão estadual já dispõe.

“E isso”, salientou, “propiciando ao segurado um atendimento em área o mais próximo de sua casa, o que inclusive poderá ter reflexos positivos na renda familiar, já que muitos deixarão de gastar dinheiro com transporte”.



Atender melhor: compromisso

UNIVERSALIZAÇÃO — Ressaltando que o Projeto Natal é parte de uma iniciativa de caráter nacional implementada pelo Inamps, visando criar novas oportunidades de atendimento, comentou que, além daqui, a proposta tem funcionamento nas ci-

dades de Niterói, Campinas e Florianópolis, devendo depois estender-se a todo o País.

Em termos estaduais, continuou, o Projeto será repassado a todo o Rio Grande do Norte, após o teste na capital, onde, efetivamente, deverá sofrer a prova mais decisiva, quando serão analisadas possibilidades, limitações e novas chances para alterações, salientou.

O aspecto principal, entretanto, seria o caráter de universalização que a iniciativa virá a assumir ao longo da sua implantação: “O nosso objetivo”, disse o superintendente, “será a universalização do Projeto Natal, ou seja, que toda a comunidade venha a beneficiar-se, e não somente os segurados. A medida, além de antiburocrática, tem um caráter social de larga abrangência e queremos atingi-lo”.

Referindo-se à prática do Projeto Natal, comentou que este inicialmente fará o diagnóstico ambulatorial, solicitando exames clínicos à rede convencional do Inamps, em caso de necessidade, e propondo a internação, numa etapa posterior, havendo tal exigência em virtude do estado de saúde de maior gravidade que venha a ser apresentado pelo paciente. □



O atendimento nos ambulatórios será melhor?



Supermercados acreditam que ninguém vai deixar de alimentar-se

CONSUMO

Supermercados não se intimidam com o FMI

A esperança das principais redes de supermercados de Natal em se saírem bem de uma possível recessão generalizada este ano pode ser sintetizada na afirmação do diretor de Operações do Minipreço e presidente da Associação de Supermercados do Rio Grande do Norte, Khalil Hazbonn: "Ninguém vai deixar de comer". Baseado nesse raciocínio e como os supermercados trabalham, essencialmente, com gêneros alimentícios, ele acha que o setor não tem muitos motivos para inquietações e vai continuar trabalhando de maneira "mais ou menos normal".

Esse "mais ou menos" indica, porém, que também os supermercados sentem necessidade de adaptação aos tempos atuais, mesmo que ninguém vá deixar de comer. Hazbonn já está munido de algumas teses fundamentais, como "dar ênfase à comercialização dos produtos básicos, trabalhando menos com os chamados supérfluos". Isso também quer dizer que as indústrias que produzem o que é considerado "supérfluo" terão de arcar com menos pedidos da parte dos supermercados no Rio Grande do Norte, pelo menos da rede Minipreço.

O MESMO OTIMISMO — Também quem não demonstra estar as-

sustado com as perspectivas é o concorrente mais direto do Minipreço: o grupo do Nordeste e da rede de lojas Superbox e Hiperbox. O seu diretor-presidente, José Geraldo de Medeiros, além de afirmar que "está tudo bem", vai além, informando que a sua organização "está se atualizan-

fase dos negócios que parece não lhe sobrar espaço para especulações de outro tipo. Como as relacionadas com a crise atual da economia e a consequente retração. O seu empenho é, pelo contrário, segundo diz, dar prioridade aos produtos de primeira necessidade para "garantir ao consumidor um melhor serviço em todo o sistema de abastecimento da empresa".

SEM MEDO — Se Khalil mostra-se cauteloso, José Geraldo demonstra mais ousadia:

— A crise do País — garante ele —



José Geraldo: confiança

do e acompanhando a evolução do sistema, dando mais atenção ainda à clientela e oferecendo melhores serviços".

— Fazemos isso — diz ele — para que a nossa empresa possa ganhar mais ainda credibilidade junto ao público.

E tal é a sua preocupação com essa

não nos mete medo. O Nordeste está pretendendo se expandir não só dentro de Natal, como no Estado, onde já vem atuando nos municípios de Eduardo Gomes e Macaíba.

A estratégia em Natal continuará sendo a de comercializar através dos Supermercados Nordeste de uma forma e nas lojas Superbox e Hiper-

box de outra, isto é: produtos sem embalagens (sacos) e em instalações mais modestas, visando o barateamento dos custos. Na estratégia de Natal, está incluída a inauguração de mais uma loja Hiperbox na Cidade Satélite.

TAMBÉM AMPLIAÇÃO — Do seu lado, as declarações ponderadas de Khalil Hazbonn não escondem planos e propósitos de expansão semelhantes aos do Nordeste, com ou sem crise e recessão. É certo que ele menciona a possibilidade, se a crise for muito aguda, de diminuição das despesas operacionais, com a consequente dispensa de mão-de-obra. Mas espera que possam ser encontradas alternativas imaginosas sem chegar ao extremo. Cita, entre elas, a redução dos horários de funcionamento e cortes em verbas publicitárias, assim como um redirecionamento dos estoques para produtos de primeira necessidade. Ainda assim alimenta sonhos de expansão, tanto na Capital como no interior, lembrando que o Minipreço já vem atuando em Mossoró. Levantou a hipótese da penetração do grupo no Seridó, revelando que uma pesquisa de mercado realizada em Currais Novos apresentou bons resultados.



Hazbonn: cautelosa

Do mesmo modo que o Nordeste, o Minipreço tem procurado reduzir os custos operacionais e de comercialização para vender gêneros em melhores condições de preços. A sua alternativa foi a rede de lojas Casas Potiguar, que adota critérios semelhantes aos do Superbox e Hiperbox do Nordeste.

Tendo como pano de fundo a crise, as duas redes de supermercados estão voltadas para um trabalho maior, que é o de conquistar espaços na dura competição pelo consumidor no mercado do Rio Grande do Norte. Competição que prossegue, impávida, independente da situação econômica do País. □

SUA EMPRESA PODE ESTAR PRECISANDO DESTAS PESSOAS

AUXILIARES DE ESCRITÓRIO

- 00212/83 — Solteiro, 19 anos, 1 ano e 9 meses de experiência, 1.º grau completo.
- 00197/83 — Solteiro, 20 anos, 9 meses de experiência, 2.º grau completo.
- 00096/83 — Casada, 22 anos, 2 anos e 6 meses de experiência, 1.º grau incompleto.
- 00306/83 — Solteira, 24 anos, 3 anos de experiência, 2.º grau completo.
- 00207/83 — Casada, 28 anos, 5 anos de experiência, 2.º grau completo.

BALCONISTAS

- 00159/83 — Solteiro, 28 anos, 8 anos de experiência, 1.º grau incompleto.
- 00084/83 — Solteiro, 22 anos, 2 anos de experiência, 2.º grau incompleto.
- 00217/83 — Solteira, 24 anos, 2 anos de experiência, 1.º grau incompleto.
- 00335/83 — Solteira, 15 anos, 5 meses de experiência, 1.º grau incompleto.

MOTORISTAS

- 00369/83 — 29 anos, 5 anos de experiência, 1.º grau completo.
- 00314/83 — 18 anos, 3 anos de experiência, 1.º grau incompleto.
- 00201/83 — 41 anos, 16 anos de experiência, 1.º grau incompleto.
- 00037/83 — 32 anos, 10 anos de experiência, 1.º grau incompleto.
- 00141/83 — 29 anos, 1 ano e 6 meses, 1.º grau incompleto.

TÉCNICOS EM MECÂNICA

- 00348/83 — 24 anos, 1 ano de experiência, 2.º grau completo.
- 38679/83 — 22 anos, 1 ano e 3 meses de experiência, 2.º grau completo.
- 38680/83 — 33 anos, 4 anos de experiência, Supletivo incompleto.
- 38885/83 — 21 anos, 1 ano e 3 meses de experiência, 2.º grau completo.

CARTAZISTAS

- 00376/83 — 21 anos, 1 ano e 8 meses de experiência, 2.º grau incompleto.

ADMINISTRADOR DE EMPRESAS

- 00316/83 — 30 anos, 3 anos de experiência, 2.º grau completo.

ALMOXARIFE

- 00218/83 — 20 anos, 2 anos e 5 meses de experiência, 2.º grau completo.



Sr. empregador, para obter a mão-de-obra que sua empresa necessita, comunique-se com a Central de Captação de vagas do SINE/RN, fones: 222-1006 e 222-3442, descrevendo os requisitos das oportunidades de emprego que seu estabelecimento requer.

Para orientação dos empregadores, divulgamos abaixo local e horário em que o Posto funciona:
Rua Trairi — 345 — Petrópolis
Horário — 7 às 19 horas.

Agripino monta a equipe sem encontra dificuldade



A tarefa a que o governador eleito do Rio Grande do Norte, José Agripino, tem se dedicado desde que retornou da sua viagem ao exterior, é montar o seu programa administrativo e, simultaneamente, sua equipe de auxiliares. Na sede do DER onde, antes, funcionava o escritório do ex-vice-Governador Geraldo José de Melo, assume contornos o perfil da nova administração. Foi lá que o economista Marcos César Formiga foi apresentado à imprensa como o futuro Prefeito de Natal, é lá onde estão sendo desenvolvidas as conversas em torno das indicações para o primeiro escalão e onde são feitas as sondagens e pesados os nomes para os de-

mais escalões da máquina governamental. O novo Governo Estadual toma forma de maneira mais clara do que das vezes anteriores. E isso é um claro sintoma dos tempos da abertura e das eleições diretas para governadores. Não há muito empenho em fazer segredo e reservas em torno de nomes, porque os nomes são, praticamente, do conhecimento público, todos vinculados a esta ou aquela facção política dentro do PDS.

POUCAS SURPRESAS — Essa maneira aberta de escolher a equipe de auxiliares tira muito do mistério e do suspense que cercavam as escolhas anteriores. Os nomes — como

observam experimentados analistas das coisas políticas — não são mais tirados dos bolsos dos coletes. Desde que se configurou a vitória de José Agripino nas urnas ficou claro o elenco de nomes selecionáveis para a composição do seu futuro Governo. Como diz um antigo especialista nesse tipo de especulação: “Agora, a surpresa não é o nome que será escolhido para um cargo. Mas o nome que não será escolhido”.

DESBUROCRATIZAÇÃO

O título acima foi tema de uma palestra proferida pelo Ministro Hélio Beltrão na Universidade de Brasília. Pela importância da matéria, pelos conceitos emitidos, pela autoridade indiscutível do palestrante, o trabalho merece divulgação e debate.

O quadro traçado pelo Ministro é real, todos o reconhecemos: morosidade da justiça, custo elevado, formalismo excessivo, os juizes sobrecarregados de serviço, perda de tempo dos advogados com o cumprimento de exigências meramente formais e as partes sofrendo a decepção e o prejuízo de longa espera. A consequência mais grave e preocupante é a verificação de que se torna cada dia mais forte na consciência do povo a convicção de ser preferível uma má solução negociada a uma boa questão. E essa lamentável resignação leva o cidadão à renúncia de seus direitos, pela descrença na prestação jurisdicional, o que abre o caminho para o arbítrio da administração, a que é entregue seu destino.

A agilização da justiça foi um dos pontos do programa com que a

chapa vitoriosa disputou as recentes eleições da OAB estadual e mereceu destaque no discurso de posse do novo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado.

O problema todavia não interessa apenas aos profissionais do direito, mas a todos os segmentos da sociedade, pois o distanciamento cada vez maior entre o povo e a Justiça não leva a outra consequência que não a inviabilidade do Estado democrático que tem na garantia dos direitos individuais sua base mais sólida. E essa garantia se exercita através da prestação jurisdicional.

Isto torna seu equacionamento tanto mais complexo, na medida em que depende não apenas de decisões desburocratizantes, mas providências de reestruturação, além de recursos materiais e humanos, como está no diagnóstico elaborado em 1975 pelo Supremo Tribunal Federal.

Devemos concordar com o Ministro Hélio Beltrão quando diz que, na reforma do judiciário, clara propriedade é de ser conferida à

Justiça de Primeira Instância, aquela de que se vale a maioria das pessoas carentes de proteção. Preocupado com a necessidade de fortalecê-la, simplificá-la e descentralizá-la, advoga a instalação de uma estrutura periférica, nos centros urbanos mais densos, de uma estrutura rápida e informal, constituída de juizes distritais, capazes de apreciar e decidir de plano as pequenas causas cíveis, os delitos menores e as contravenções. É um processo realmente sumariíssimo onde são julgadas questões de pequeno valor, pequenos litígios que fazem parte do cotidiano das pessoas humildes e fracas e afetam seus direitos como cidadãos. São os Juizes de Pequenas Causas, já funcionando com sucesso em Porto Alegre e em outra comarca do interior gaúcho e objeto de discussão legislativa na Assembléia do Rio.

Verificamos que, se a organização judiciária é matéria de competência estadual, ela tem um limite na competência da União em legislar sobre processo. É preciso, pois, que haja uma integração nesse esforço, no sentido de que a lei



Faz sentido a observação. Nomes como Geraldo Gomes, ex-Prefeito de Currais Novos, Efrem Lima, Marcílio Carrilho, D. Wilma Maia, Iberê Ferreira de Souza, Jorge Ivan Cascudo, Manoel Pereira, entre outros, surgiram como parte do elenco em formação. A questão, desde o início, é só com respeito ao local exato, a função — que tanto pode ser a nível estadual, como no municipal. Enfim, tudo é Governo.

SEM SURPRESA — No caso da Prefeitura mesmo, não houve a menor surpresa. As coisas estavam tão claras que foi o jornal da oposição — “Tribuna do Norte” — o primeiro a afirmar, com certeza, que o escolhido ia ser Marcos César Formiga. O jornal bancou o anúncio com a antecedência de uma semana e acertou. Do lado do “staff” agripinista e nos arredores do escritório do DER, não houve o menor constrangimento com isso. As coisas seguiram o seu curso normal. E José Agripino anunciou o nome do novo Prefeito no dia e hora marcadas, com o comedimento que o caracteriza.

Se José Agripino tem se portado com comedimento em suas declarações, nessa fase de montagem, mais sintético ainda foi Marcos César, na sua apresentação à imprensa. São, enfim, duas personalidades tranquilas, joviais, que transmitem muita segurança.

Marcos César Formiga, se bem

que não se encaixe, por completa, na definição anterior de José Agripino como a pessoa ideal para o cargo, segundo os seus critérios — um técnico com inclinações políticas — é, sem dúvida, uma das pessoas que mais conhece os problemas de Natal, sob o ponto de vista técnico. Na verdade, ele conhece, sob o mesmo ponto de vista, os problemas do Estado todo. Vem de dois Governos — Cortez Pereira e Tarcísio Maia — como secretário de Planejamento, numa etapa da vida administrativa do País em que os Planos Nacionais de Desenvolvimento levavam a reboque os Planos Estaduais de Desenvolvimento. Foram tempos de excessivo centralismo administrativo, onde a principal via estadual para contato com a área técnica e econômica do Governo Federal era a Secretaria de Planejamento. Marcos César conhece tanto os planos a nível estadual, como municipal, sabe onde estão e em que pé estão os principais estudos e levantamentos econômicos e técnicos e co-

DO PODER JUDICIÁRIO

federal amplie os poderes do Estado, permitindo-o promover sua própria desburocratização e modernização.

O Governo Federal, sob inspiração do Ministério da Desburocratização, já se revelou imbuído desse espírito de renovação. Além do funcionamento de um grupo de trabalho direcionado para o problema, que já aprovou várias sugestões práticas para a simplificação do processo judicial, devemos recordar o advento da lei 6.858, de 24.11.80, que conferiu tratamento extrajudicial à liquidação das heranças de reduzido valor. Também na área da Justiça Federal, foram baixados os decretos-leis n.ºs. 1687/79 e 1699/79, pelos quais se isentam de cobrança judicial milhares de processos relativos a créditos de diminuto valor. E recentemente teve notável simplificação o processo de homologação judicial da partilha amigável e da partilha de bens de pequeno valor, através da Lei n.º 7.019, de 31.08.82.

Encontram-se no Congresso vários projetos de lei, objetivando o descongestionamento e agilização

dos procedimentos judiciais. Pretende-se, por exemplo, diminuir o fluxo de questões que comportam solução extrajudicial, como as ações de acidente do trabalho que poderiam, em sua maioria, finalizar-se na esfera administrativa, sujeitas, embora, à revisão judicial. Outras providências seriam o incentivo ao uso da conciliação prévia, no início e não no final da demanda, a criação dos juizados de trânsito, principalmente nos grandes centros urbanos, com funcionamento ininterrupto, a nomeação de juizes temporários, admitida pela Constituição e itinerantes. Além dos juizes temporários, o grupo de trabalho estuda a viabilidade do concurso de árbitros, que seriam advogados experientes e aposentados, atuando como auxiliares do juiz, nas pequenas causas.

Existe, pois, um trabalho iniciado, correspondendo ao importante primeiro passo do chinês. O processo está deflagrado e cumprenos dar-lhe corajosa e afirmativa colaboração. É certo que o desafio não é para um Governo só, mas

para toda uma geração, considerada a magnitude do problema.

Estamos às vésperas da instalação de um novo período de Governo no Estado, bem como de nova legislatura. É a oportunidade para que o governador eleito, a Assembleia Legislativa, o Tribunal de Justiça e a Ordem dos Advogados se dêem as mãos para enfrentar este desafio. Sugeriríamos a constituição de um grupo de juristas, para, em articulação com o grupo do Ministério da Desburocratização, coordenado pelo Des. Severo da Costa, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, definir a linha de colaboração que o Rio Grande do Norte pode e deve dar a esse relevante objetivo.

Ninguém se engane. A crise da Justiça faz sua primeira vítima na democracia, na medida em que afeta a cidadania e a garantia dos direitos individuais. Tem razão o Ministro: é risco social da maior gravidade, que está a exigir do País uma ação rápida e eficaz.

Raimundo Soares de Sousa
Consultor Jurídico da
ALCANORTE

nhece, como poucos, os caminhos mais adequados para o trâmite das solicitações de recursos.

É prematuro dizer se Marcos César Formiga é o homem talhado para o cargo de Prefeito de Natal. Mas a classe política, os técnicos, a opinião pública e a imprensa o viram com muito respeito e simpatia. De uma coisa não há dúvida e ninguém sequer pensou questionar: o seu nível e qualificação.

TUDO CAMINHANDO — No primeiro mês do ano, passada a tempestade política das eleições, o Estado tem vivido momentos tranquilos. Os ligeiros entreveros em torno da eleição da Mesa da Câmara de Vereadores, pelo menos na fase inicial e até o momento em que esta edição foi encerrada, não chegaram a alterar os ânimos. Um acerto aqui, um desacerto lá, outra volta ali, uma posição reafirmada cá — e nada mais. Na As-

sembléia, as coisas tiveram desenrolar relativamente pacífico e sem grandes surpresas.

— O verão, o diploma ainda quente e o clima de reencontro, são propícios à conciliação, — arrisca um observador, acrescentando que há, ainda, o fantasma de uma grande crise econômica de nível nacional para esfriar ânimos belicosos. Pelo menos, até que as coisas se tornem mais claras. □

“Obdsman”, a figura necessária

Quando deputado federal, em 1975, defendi, por diversas vezes, no plenário congressual, a implantação no Brasil do “Comissário Popular”, a exemplo do Ombudsman sueco.

A idéia inicial para a implantação do Ombudsman, o procurador ou o comissário parlamentar, consistia na indicação pelo Conselho Nacional, de um cidadão, preferencialmente de formação jurídica, para ser o protetor dos direitos fundamentais nas relações com a administração pública, imprensa, Judiciário, entidades privadas e sindicatos, entre outros.

A proposta era institucionalizar, no Brasil, o Procurador Parlamentar para a Imprensa, indicado pelo Congresso, com audiência prévia da Associação Brasileira de Imprensa e da Ordem dos Advogados do Brasil. Como são possíveis vários procuradores parlamentares, previam-se procuradores, a nível regional, considerando a dimensão continental do País, com atuação na área de defesa do consumidor, nas relações com as multinacionais e segurança nacional. O procurador para a imprensa fiscalizaria as queixas de crimes ou contravenções, que consistissem em violação da ética da imprensa, tal como a réplica do ofendido com igual destaque. Caso o queixoso não tivesse base para solicitar a investigação, seria punido pecuniariamente.

Não há risco para o profissional honesto, nem tolhe a liberdade de imprensa. É, apenas, meio idôneo para que não se leve à guilhotina inocentes, apenas pelo crime de não poder vencer os interesses subalternos de grupos.

NEY LOPES DE SOUZA

O procurador parlamentar do consumidor agiria na fiscalização do comércio, no acompanhamento da qualidade dos produtos, da propaganda, promovendo a supervisão dos atos de mercado interno no País.

O comissário nas relações com as multinacionais teria ação na coordenação dos interesses internos e externos, como por exemplo, atualmente, onde a indústria automobilística dispensa empregados em massa, cabendo maiores averiguações, as quais no sistema jurídico vigente só poderão ser feitas com recurso ao Judiciário.

O Ministro Leitão de Abreu, cujo respeito de jurista renomado a Nação reverencia, conhece esse sistema e poderá colaborar para sua adaptação ao Brasil. Não sou sonhador, desejando, transpor a Suécia para cá. Todavia, a idéia pode e deve ser regionalizada e nacionalizada. O cidadão no Brasil é desprotegido, fica a mercê da própria sorte, visto que o recurso à Justiça, além de oneroso, é demorado. Os casos políticos e garantias individuais exigem reparo pronto e rápido.

O comissário ou procurador parlamentar, após a Emenda Constitucional que o criasse, seria nomeado pelo Congresso Nacional entre maiores de 35 anos, com notório saber jurídico, tendo como missão básica zelar pelo respeito à lei e os regulamentos.

Também encaminharia ao pro-

motor de Justiça casos contra servidores ou pessoas que tenham praticado atos ilegais ou abuso de poder. Ainda atenderia queixas, desde que fundamentadas, dos cidadãos, apurando-as convenientemente.

O mandato do comissário parlamentar seria de quatro anos, podendo ser reeleito, ou, durante o período, destituído pelo Parlamento. Todo o serviço público, por lei, estaria obrigado a prestar assistência ao comissário ou procurador parlamentar, o qual apresentaria relatório anual ao Congresso, de suas atividades.

Quando da eleição do procurador, o Congresso indicaria um parlamentar para assessorá-lo, sendo o seu substituto eventual, além de dez juristas para definir, com o procurador, a linha de ação em defesa dos direitos do cidadão.

Pelas dimensões continentais do Brasil, imaginei cinco regiões para ação do comissário parlamentar, cabendo a esta o colegiado que o assessorava, indicarem representantes nessas regiões, todos eles referendados pelas Assembléias Legislativas dos Estados-membros, que integrem a sua jurisdição.

Para opor a acusação de que é mais um órgão no Brasil gastando dinheiro público, apresentei, quando deputado federal, exposição minuciosa da economia que a Nação faria, tanto pela extinção de certos serviços ligados ao consumidor, imprensa, fiscalização do trabalho e Justiça, quanto possibilidades vivas de que instituições privadas somem esforços com o comissário, ante a evidente conciliação dos objetivos a atingir.

Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Norte

A Junta Comercial deste Estado foi criada pela Lei Estadual n.º 132 de 13 de setembro de 1899 e complementada pela Lei Estadual n.º 213 de 10 de setembro de 1904 — Regida pelas disposições da Lei Federal n.º 4726 de 13 de julho de 1965, Regulamentada pelo Decreto Federal n.º 57.651 de 19 de janeiro de 1966 — que dispõem sobre os serviços do Registro do Comércio e atividades afins obedecendo ainda às normas estabelecidas pela Lei Federal n.º 6.939 de 09 de setembro de 1981, Regulamentada pelo Decreto Federal 86.764 de 22 de dezembro de 1981 que instituiu o regime sumário nos serviços do Registro do Comércio. A Junta é subordinada administrativamente ao Governo do Estado com vinculação à Secretaria de Indústria e Comércio e tecnicamente aos Órgãos e Autoridades do Ministério da Indústria e do Comércio — especialmente ao Departamento Nacional de Registro do Comércio — DNRC — Atribuindo-se-lhe a execução do Registro do Comércio e atividades afins. A Jucern foi transformada em Autarquia pela Lei Federal n.º 3715 de 10 de dezembro de 1968. E mantido um sistema organizacional relativamente moderno e econômico, permitindo aos usuários da Junta que os processos normais que entrarem em seu protocolo sem falhas a suprir, tramitem em rito sumário de acordo com a Lei Federal n.º 6.939 supra citada e são entregues aos interessados no prazo máximo de 3 dias e os que têm falhas a sanar seguem o mesmo rito processual após o suprimimento de suas irregularidades.

REGISTROS, ARQUIVAMENTOS E BAIXAS DE FIRMAS INDIVIDUAIS E SOCIEDADES NO EXERCÍCIO DE 1981-1982

DISCRIMINAÇÃO

INDIVIDUAIS		
Constituição	1.485	1.149
Cancelamento	150	195
SOC. P/COTAS DE RESP. LTDA.		
Constituição	769	678
Distrato	47	49
SOCIEDADE ANÔNIMA		
Constituição	03	03
Liquidação	—	01
COOPERATIVAS		
Constituição	03	04
Liquidação	02	01
SOC. SOLIDÁRIAS		
Constituição	01	01
Distrato	01	01
Total Geral	2.461	2.082

NÚMEROS DE PROCESSOS PROTOCOLADOS NO ANO DE:

1981	5.950
1982	6.152 (até novembro)

REGISTROS E ARQUIVAMENTOS DE FIRMAS INDIVIDUAIS E SOCIEDADES — REALIZADOS ATÉ 30 DE OUTUBRO DE 1982

Firmas Individuais	27.831
Sociedade por Cotas de Responsabilidade Ltda	7.769
Sociedades Solidárias	1.372
Sociedades Anônimas	855
Cooperativas	193
TOTAL GERAL	38.020

ORIENTAÇÃO TÉCNICA — MIC/DNRC: Diretor Geral do DNRC

Dr. GERALDO PRADO NOGUEIRA

ORIENTAÇÃO ADMINISTRATIVA — GOVERNO LAVOISIER MAIA

Dr. LAVOISIER MAIA SOBRINHO

Governador do Estado

Dr. JORGE IVAN CASCUDO RODRIGUES

Sec. de Ind. e Comércio

ADMINISTRAÇÃO DA JUCERN

ANTÔNIO FERNANDES FILHO

Presidente

SINVAL POTI DE OLIVEIRA LIMA

Vice-Presidente

ASCENDINO INÁCIO DA SILVA

Secretário Geral

VOGAIS:

JOÃO OLÍMPIO FILHO

Presidente da 1.ª Turma

VALDOMIRO CARVALHO DANTAS

VINÍCIO GARCIA FREIRE

GLÊNIO AQUINO DE ANDRADE

Presidente da 2.ª Turma

HERIBERTO ESCOLÁSTICO BEZERRA

MILTON EVANGELISTA DO AMARAL



cartão de identificação do cliente, objetivando facilitar a troca e o pagamento de suas compras através de cheques. São intitulados por cartões cortesia ou cartões prestígio e adquiridos, em sua grande maioria, por clientes mais antigos e especiais.

No comércio local — nas lojas onde não há venda de produtos alimentícios — o Cartão de Crédito existe e “tem aumentado bastante as vendas, como também tem selecionado os clientes”, é o que assegura o Gerente das Lojas Seta, sr. Benício de Araújo.

Um dos sócios da Loja Riocenter, Flávio de Araújo, revela a inexistência de juros no sistema por ele adotado e destaca o pioneirismo que cabe a esta loja na implantação, há aproximadamente dois anos, do Cartão de Crédito no comércio local. “Nós não temos vantagem financeira em cima do Cartão, uma vez que não cobra-

COMÉRCIO

Cartões têm a porta fácil para o crédito

Introduzidos no comércio de Natal há aproximadamente dois anos, os Cartões de Crédito para compra a prazo vêm tendo boa aceitação por parte dos consumidores, como uma maneira mais prática e moderna de comprar.

Os pequenos retângulos de material plástico inquebrável nas mais diversas cores, contendo identificação da loja, nome do cliente e mais outros dados em sua face, e portando, em seu verso, instruções de uso coerentes com o sistema adotado por cada loja, são como passes livres para o consumo.

O Hiper Bompreço vem utilizando um sistema mais amplo do que Cartão de Crédito, oferecendo ao cliente uma conta-corrente — com um extrato apresentado mensalmente acusando a posição do débito — o prazo de quinze a quarenta e cinco dias para pagar sem juros, como também a possibilidade de trocar cheques em seus caixas sem nenhuma burocracia, sendo suficiente a apresentação do Cartão.



Cartões: mais fácil de comprar

Este sistema difere um pouco do utilizado em outros supermercados locais que o utilizam apenas como

mos juros sobre o saldo devedor; é uma forma que nós encontramos de cativar o cliente”, afirma. “A resposta está na satisfação demonstrada por eles e na conquista de novos clientes”, garante.

O sistema tradicional de crédito não foi desprezado diante do surgimento desta nova maneira de comprar a prazo. A Loja Riocenter, por exemplo, o utiliza para clientes de baixa renda, com prazos de pagamento mais elásticos.

A AQUISIÇÃO — Para adquirir um destes Cartões, faz-se necessário a elaboração de um cadastro, onde são solicitados documentos como Carteira de Identidade, CPF, Comprovante de Renda e moradia. Após a realização do cadastro e adquirido o



Mais fácil do que ficha do SPC

Cartão, o cliente está apto a comprar sem maiores obstáculos.

Nas Lojas Seta, o cliente solteiro só poderá adquiri-lo se possuir uma renda superior ou igual a sessenta mil cruzeiros, o mesmo acontecendo com pessoas casadas, que tenham renda igual ou superior a cem mil cruzeiros. "Dentro desta faixa, consideramos que são pessoas com salários relativamente bons", afirma Benício.

Diante de seu pouco tempo de implantação em supermercados locais, o Cartão tem trazido alguns problemas, principalmente ao Hiper Bompreço. "Os clientes o recebem e não procuram se informar a respeito de seu uso correto. Uma parcela deles fica esperando correspondências em casa para efetuar o pagamento", afirma Joab de Oliveira — analista de crédito deste supermercado. Diante desta situação, solicita aos clientes,

quando de posse do Cartão, que peçam informações no Departamento de Crédito.

SIMPLES CARTÕES — Com tendências à expansão, estes Cartões se constituem, verdadeiramente, num novo hábito de consumo. É, sem dúvida, um sistema mais prático de vender e comprar a prazo, uma vez que apenas solicita o feito de um cadastro para sua aquisição.

Constitui-se numa prática diferente do tradicional sistema de crediário e vem correspondendo as expectativas dos comerciantes locais com o aumento de vendas, principalmente nas grandes festas.

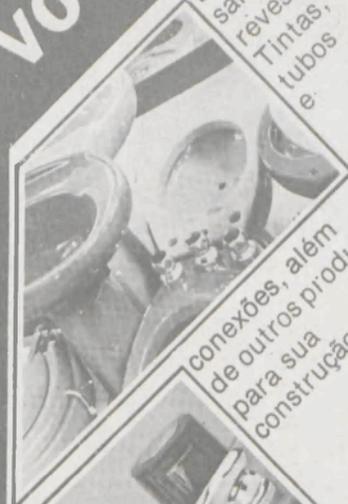
É a nova fórmula de estímulo ao consumo em meio à situação de aperto em que se encontram os bolsos da maioria dos brasileiros. (Annamaria da R. Jatobá). □



Supermercados também adotam o sistema

AQUI ESTÁ O MATERIAL QUE VOCÊ PRECISA

Louças e metais sanitários; Pisos revestimentos; Tintas, tubos e



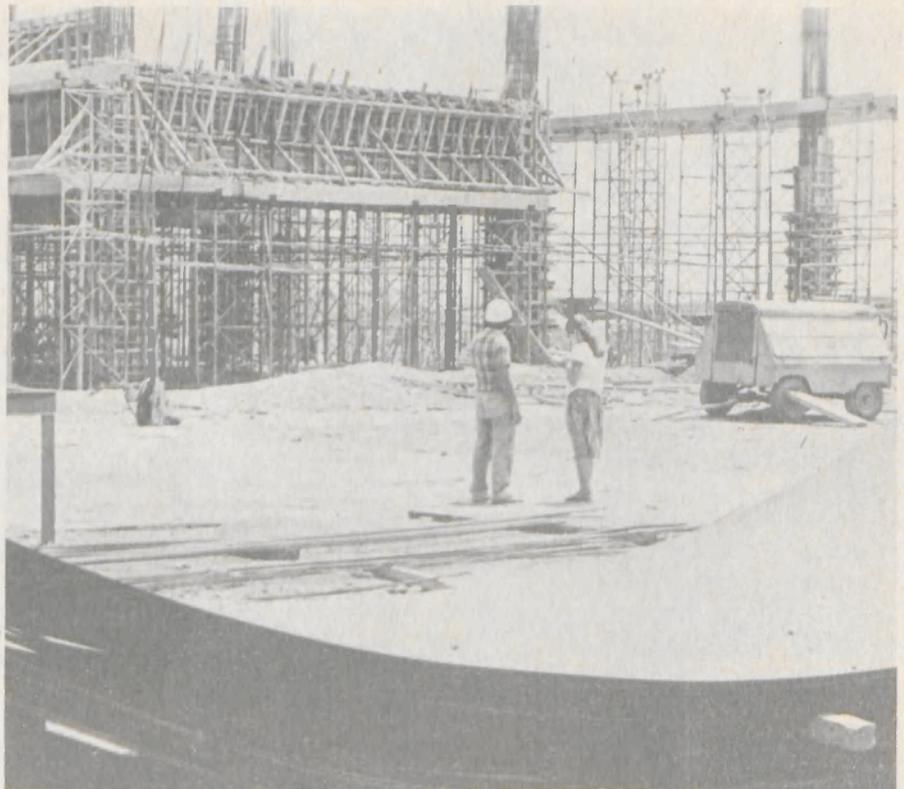
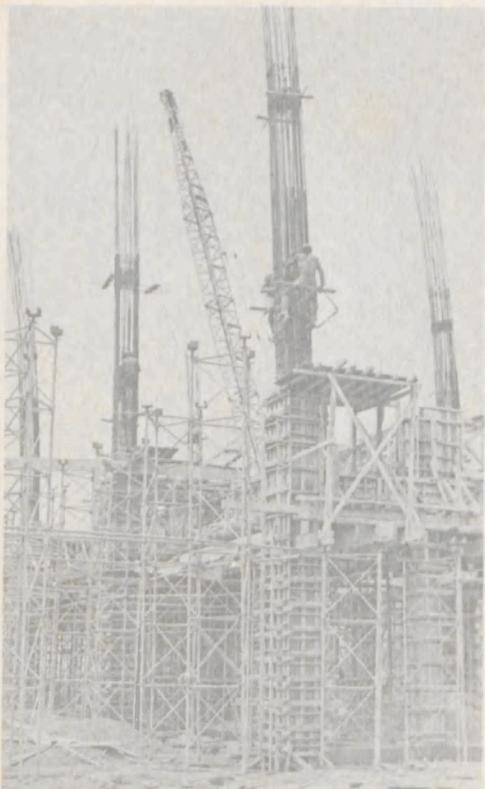
conexões, além de outros produtos para sua construção.



Procure a Saci, onde Natal compra.



SACI
MATERIAL DE CONSTRUÇÃO
Matriz: Rua Pio, Bandeira, 828
Tels.: 223-3626 / 3627 / 3628
Filial: Av. Rio Branco, 304 / 310
Tels.: 222-2284 / 3367



A estrutura da Alcanorte está surgindo na paisagem de Macau

ESPECIAL

Receita do FMI é ameaça aos planos da Alcanorte

Álcalis — segundo definição acessível a todos, no dicionário de Aurélio Buarque de Holanda, refere-se a qualquer hidróxido, ou óxido, dos metais alcalinos (lítio, sódio, potássio, rubídio e céσιο). A ALCANORTE — Álcalis do Rio Grande do Norte — é uma grande indústria ainda em construção, situada em Macau, e com objetivos promissores para o progresso do Estado.

Apesar da imensidão das obras já construídas, somente se encontram erguidos 40% do conjunto de toda a fábrica. Estes 40% estão compostos por 90% da área não-processual, que se constitui em escritórios, restaurante, oficinas, almoxarifado; 90% também concluídos, da Vila Industrial; 60% de engenharia de detalhe já cumpridos e 40% dos equipamentos já montados.

Dentre os 60% ainda por cumprir, falta todo o complexo para lavra e beneficiamento de calcário e seu respectivo transporte, pátios para estocagem de materiais e subestação.

As estimativas para o término das obras são de três anos, o que significa

dizer que a fábrica entraria em testes no final de 1985; no caso de se dispor de recursos financeiros. “É sumamente impossível a antecipação de sua conclusão, diante do cronograma



Daqui a três anos, testes

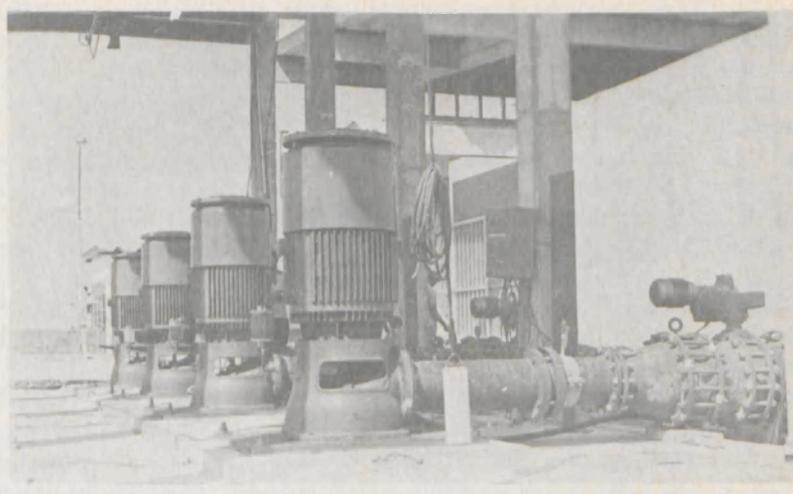
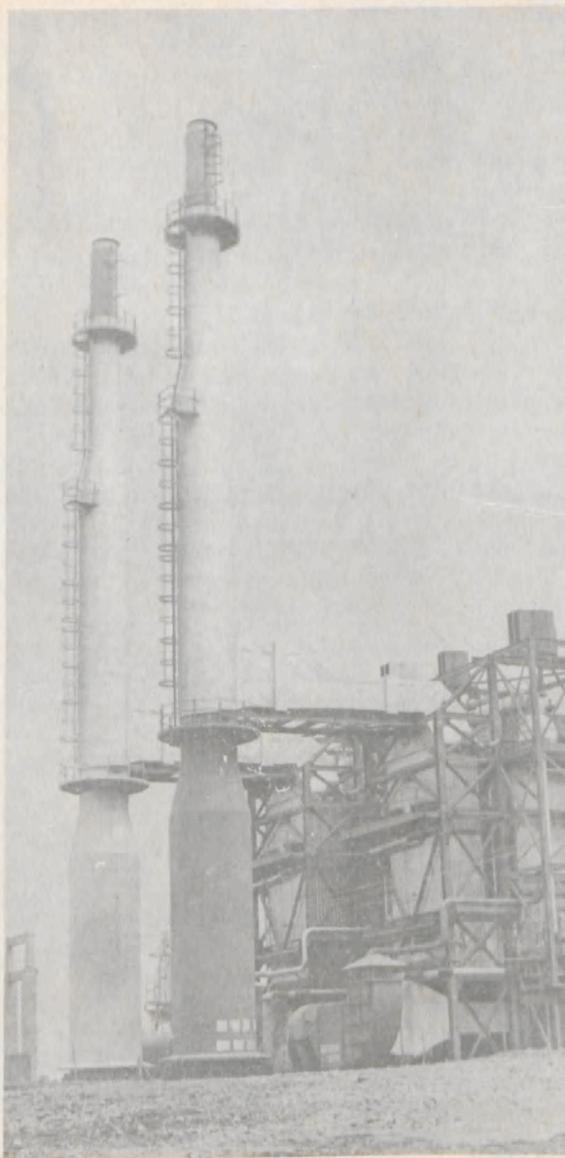
físico de construção, fabricação e montagem do equipamento”, explicou Delile Guerra de Macedo — diretor-superintendente geral da Alcanorte.

ETAPAS — No cumprimento de suas etapas são vistos os problemas de natureza técnica e o aporte de recursos para dinamização das obras. Segundo declaração do superintendente, a Alcanorte é um projeto genuinamente nacional, desenvolvido com empresas brasileiras e utilizando a engenharia nacional, a Álcalis — a “indústria-mãe” no ramo, existente em Cabo Frio/RJ — e a indústria de bens de capital nacional. O assessoramento técnico é prestado pelo Grupo “Akzo”, da Holanda.

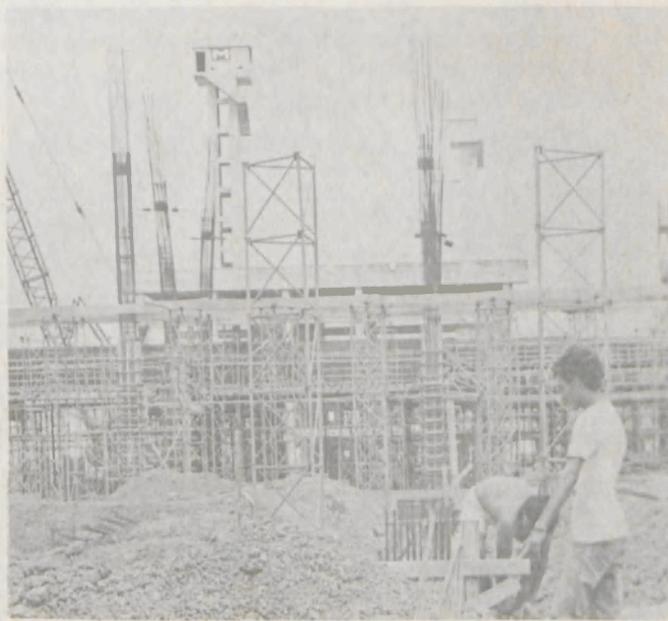
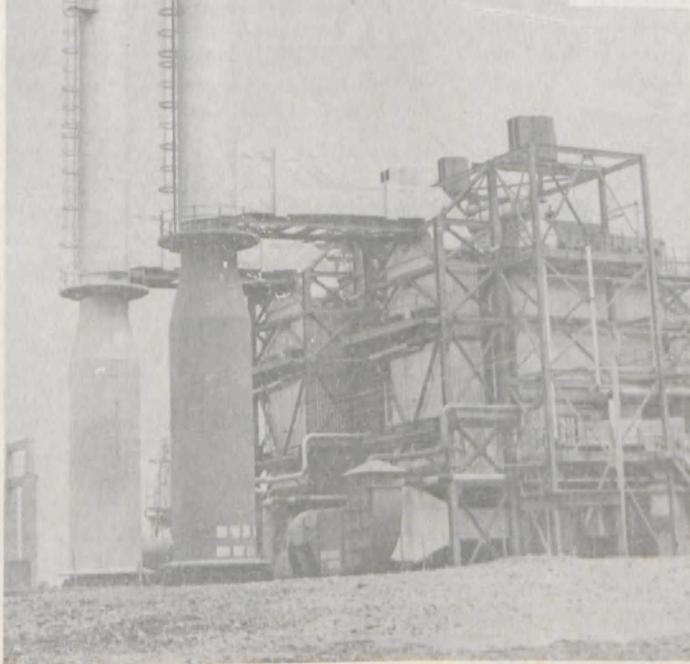
Diante do investimento total, 40% dele já foram utilizados. Representa cerca de 30 bilhões de cruzeiros, financiados pelo BNDE e FINAME, FINOR/SUDENE, o Tesouro Nacional — tendo a Álcalis como controladora — e o Banco de Tóquio, que financiou 10 milhões e meio de dólares, o que representa apenas 3% do investimento total do projeto.

Faltam, portanto, 50 bilhões de cruzeiros para sua conclusão.

Frente ao grave momento pelo qual a economia do País vem passando, existe um certo temor de que esta si-



Uma obra que exige, além de recursos altos, ...



... soma de esforços muito grandes. A crise econômica do País pode afetar seriamente ...

tuação venha a trazer reflexos negativos na liberação de verbas para a indústria. Nas palavras do superintendente, esta crise "vai afetar não só este projeto, como também qualquer outro existente no País, em virtude da queda nos investimentos públicos no presente ano, como meio de diminuir o déficit no setor público. Não há como fugir desta realidade", afirmou ele.

RECURSOS — "Acredito, porém, que dentro da capacidade financeira do próprio País, e dentro da prioridade do empreendimento, serão dados os recursos financeiros necessários à sua continuidade. Trata-se de um projeto de suma importância para a economia nacional, regional e local, pelos seus reflexos na diminuição de importação de insumo básico para a indústria, no aproveitamento de matérias-primas locais — sal e calcário, em abundância na região de Ma-



... o ritmo dos investimentos

cau — na geração de empregos numa região crítica do Nordeste brasileiro, no aumento da renda regional e estadual, e no aumento de arrecadação de impostos que possivelmente, com a operação da primeira fase em 200 mil toneladas, proporcionará uma elevação de 15%, a preços atuais, na arrecadação de ICM. E, posteriormente, na segunda fase, onde se alcançará 400 mil toneladas, este índice subirá para 30%. Além disto, terá reflexo na infra-estrutura de transporte, com a abertura e melhoramento de estradas, Porto de Natal para exportação da produção, das telecomunicações, ... Além de outras variáveis no campo social, político e econômico”, assegurou Delile.

No tocante a produção, 15% dela serão absorvidos pelo Norte e Nordeste do País e os outros 85% restan-

retos atingiria umas 4.000 mil pessoas.

A primeira fase de funcionamento, quando se estima uma produção inicial de 200 mil toneladas, já está sendo preparada para suportar uma ampliação que resultará em sua segunda fase, a natural duplicação — de 200 mil para 400 mil — da produção. Serão necessários somente 1/4 dos investimentos iniciais, podendo ser feita a ampliação, sem paralisação, da fábrica.

O aproveitamento das águas-mães — águas resultantes das reações químicas — atualmente importadas pelo País, na transformação em produtos nobres como magnésio metálico, magnésio de cálcio e outros mais, se constitui num dos aspectos que possibilitará uma possível industrialização do Estado, melhorando as condições

tando o abastecimento d'água para perfuração de poços pela Petrobrás. A perfuração destes poços faz parte de estudos que visam a implantação de uma planta de gás. “Vislumbramos que com o aumento de produção da plataforma continental e em terra, também poderá se localizar ali, futuramente, uma refinaria de petróleo”, são previsões do superintendente Delile Macedo.

Para fechar seu raciocínio, Delile destaca a importância da fábrica para o desenvolvimento do Estado: “Trata-se de um projeto nacional, com repercussões econômicas e sociais a nível regional, estadual e local”.

UM POUCO DO PROJETO — O

processo utilizado é chamado de Solvay — em homenagem a um belga de mesmo nome, seu inventor há cem anos. As matérias-primas utilizadas são o sal (cloreto de sódio) e o calcário. O produto final é constituído de barrilha (denominação comercial de qualquer dos carbonatos de sódio e potássio), nos seus dois tipos básicos: leve — utilizada em inúmeros processos, como tratamento d'água, branqueamento de tecidos, papel e indústria farmacêutica; barrilha densa — usada basicamente na indústria de vidro (vidreira) e metalúrgica.

Iniciando-se o processo, após a transformação do sal em salmoura — que quer dizer sal bruto mais água — o cloreto de sódio (o próprio sal) passa por um processo de absorção no qual a salmoura absorve o amoníaco — considerado como acelerador da reação química e que deverá ser comprado pela indústria — e se transforma em salmouramoniacal. A partir daí, a salmouramoniacal é misturada ao gás carbônico, resultando no bicarbonato de sódio (sólido). As águas-mães são destiladas para a recuperação do amoníaco. Voltando ao bicarbonato de sódio, este é filtrado e separado por filtros rotativos, e posteriormente, jogado no setor chamado de calcinação — a saída do carbonato — resulta a formação da barrilha leve. Com sua densificação, através de hidrólise, origina-se a barrilha densa.

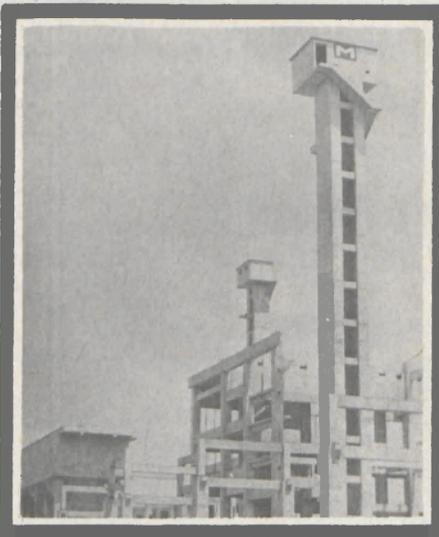
Após gerado o produto final, será armazenado num enorme silo, onde se processará o escoamento, através do produto embalado e depositado em trem. Será o «primeiro passo» ao produto. A saída da fábrica abrangerá várias outras vias de transporte além da ferroviária, como a rodoviária



Com 40% já construídos, ...

tes serão exportados até o Porto de Santos (SP), e daí destinados ao abastecimento de grandes indústrias existentes em regiões mais desenvolvidas do País. Diante desta situação, acredita-se que a Alcanorte puxará um possível pólo industrial para a cidade de Macau, principalmente no campo da indústria do vidro.

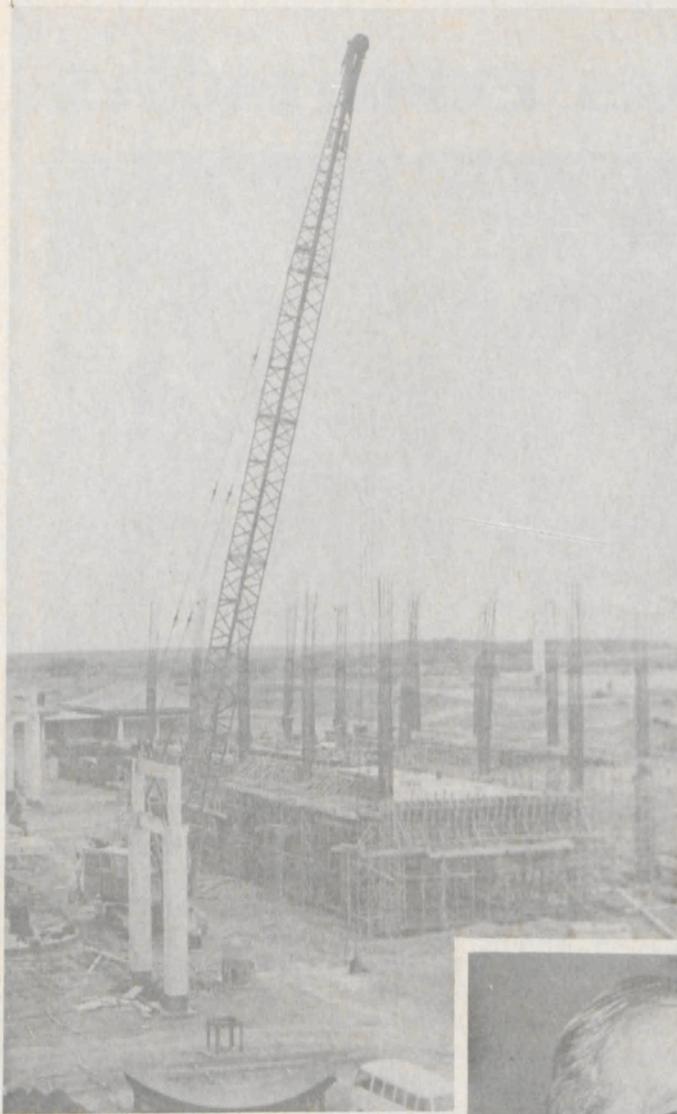
REFLEXOS — São inevitáveis as influências sociais que uma fábrica como esta provocaria no local onde se instala. Dentre elas, a geração de renda e empregos. As obras da Alcanorte estavam empregando, direta e indiretamente, cerca de 800 pessoas. O projeto tem possibilidade de empregar diretamente, na primeira fase, umas 1.200 pessoas. Levando-se em consideração que um emprego direto pode gerar uns três ou quatro indiretos, o número de empregos indi-



... o panorama já impressiona.

de vida do povo da região.

Confirmando esta afirmação, a fábrica já está concorrendo — antes mesmo de sua operação — para resolver problemas da própria cidade de Macau. Como exemplo, o abastecimento d'água — um problema centenário — e como também possibili-



Grande parte da técnica é nacional, para a implantação do

ria e marítima. Depende, a nosso ver, de seu crescimento.

A água consumida pela indústria é proveniente do rio Açú e puxada por uma estação de capacitação, situada na cidade de Pendências — a poucos quilômetros da fábrica e da cidade de Macau — onde, através de uma adutora, a Alcanorte traz a água bruta e a trata numa estação de tratamento própria. Após a limpeza e transformação da água bruta em potável, parte dela é armazenada para consumo industrial em tanques subterrâneos existentes na fábrica e outra parte é distribuída pela Cosern, para a cidade de Macau. “É uma das finalidades sociais do projeto”, destaca o engenheiro.

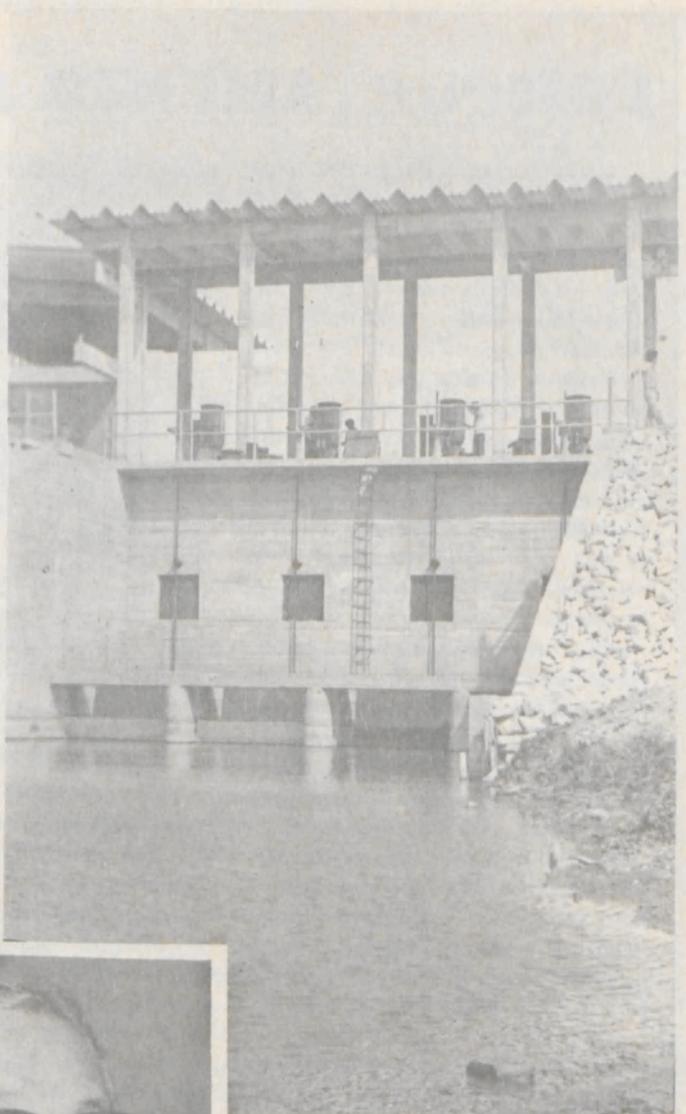
Dentre todo o processo, o engenheiro afirma que a parte mais difícil dele — em termos de fabricação — é a obtenção do bicarbonato de sódio. Como também não esquece de citar como muito importante o aproveitamento das águas-mães, pois, segun-



Tarcísio Mala comanda o processo

do seu ponto-de-vista, um dos grandes problemas que a Alcanorte, possivelmente, irá enfrentar será a água, em virtude da escassez existente na região.

A estrutura física da indústria é dividida em área processual e não-processual. Que agrupam as seguintes instalações: Área Processual — Tratamento de Salmoura, Estocagem de Calcário, Fornos de Cal, Moagem de Cal, Colunas de Destilação e Absor-



com pouca assessoria estrangeira, complexo nas diversas fases

ção, Compressão, Colunas de Carbonatação, Filtração e Calcinatação, Densificação, Transportador de Barrilha Densa, Silos de Barrilha, Embalagem e Expedição, Torre de Resfriamento d'água, Central Termoelétrica, Caldeiras, Desmineralização d'água, Armazenagem d'água, Estocagem de Sal e Dissolução de Sal; Área Não-Processual — Portaria e Vestiário, Oficinas de Veículos, Prédio de Administração, Restaurante, Subestação, Posto Médico e de Segurança, Oficinas e Almoxarifado... Ainda no restante do espaço para a inclusão da Vila Industrial — praticamente concluída — que agrupará o pessoal técnico — em seus diversos níveis — e administrativo, engenheiros e demais setores de trabalho. A Vila conta com, aproximadamente, 234 casas, assim distribuídas: casas tipo A — 10; tipo B — 25; tipo C — 40; tipos D e E — umas 159. Além de um clube, uma escola e dois grandes alojamentos. □

COMPORTAMENTO DAS EXPORTAÇÕES

Os dados oficiais do Promoexport, órgão vinculado à Secretaria de Indústria e Comércio, que tem como função promover as exportações do Rio Grande do Norte, dão conta que no ano passado, no período de janeiro a setembro, o nosso Estado havia exportado, precisamente, 40.082.052 dólares FOB, enquanto importou somente 254.626 dólares, registrando um superávit de 39.827.426. E, tomando como base o comportamento das exportações nesse período, assegura que fechamos o ano 82 exportando nada menos de 60 milhões de dólares, enquanto importamos uns 400 mil dólares. Conclusão: o Rio Grande do Norte, mesmo em tempos difíceis, consegue manter estabilidade em sua balança comercial, embora tenha exportado menos, em relação a 81.

No que pese a restrição internacional, adotada, principalmente por países desenvolvidos, em diminuir, substancialmente, suas importações, mesmo assim, ano passado, o Rio Grande do Norte conseguiu comercializar vários dos seus produtos com aquele exigente mercado comprador, o que nos garantiu auferir um superávit de 59.600.000 dólares. O camarão congelado figurou como um dos novos produtos da pauta, enquanto a lagosta desponta, novamente, como nosso principal item de exportação.

ANO DIFÍCIL — Considerando que o ano 82 não foi um dos mais promissores para exportação, visto que "todo mundo só queria vender" e os países reduziram ao máximo suas compras, o volume de vendas realizadas pelo Estado no exterior, pode-se considerar razoável. Basta comparar que nos anos de 79/81, tidos como melhores para exportação, crescemos a uma média de 15%. Se em 82 exportamos 1,5% a menos, em contrapartida, vale salientar que nossa balança comercial registrou um superávit de 59.600.000 dólares.

A restrição do mercado internacional, como consequência do proteccionalismo adotado pelos países desenvolvidos, pode-se confi-



Lagosta: novamente figurando como o principal produto exportável

gurar como a principal dificuldade das exportações no ano passado. Esse entrave atingiu todo o mundo, atingiu ao Brasil e, particularmente atingiu o Rio Grande do Norte. Soubemos minimizar o problema. Primeiro, porque temos produtos de boa aceitação no mercado internacional — embora teoricamente fechado — e graças ao funcional serviço desenvolvido pela Secretaria de Indústria e Comércio através de sua vinculada, o Promoexport.

O QUE VENDEMOS — Como produtos novos, o Rio Grande do Norte exportou em 82, em grau de importância, o camarão congelado, painéis para assoalho de madeira, fogões industriais a gás, banheiras, pias e similares em ferro e aço, além de vários outros utensílios de cozinha e lavanderias industriais. A lagosta e a scheineta continuam sendo os principais produtos de exportação norte-riograndense, em valor comercial.

O Baller Twine, fios de algodão, castanha de caju, tantalita, sal marinho, óleo de mamona, couros bovinos e tecidos de algodão foram outros produtos exportados em 82, que, após a lagosta e a scheineta, representam 90% do valor da nossa pauta de exportação.

PERSPECTIVAS PARA 83 —

O secretário de Indústria e Comércio, Jorge Ivan Cascudo Rodrigues, como também o coordenador do Promoexport, Adriano Miranda, são unânimes em dizer que a intensidade da restrição do mercado internacional vai determinar o volume das exportações a serem realizadas neste ano de 1983. Mas, o Governo Federal dará muito mais de si este ano, e algumas medidas já foram adotadas, como exemplo, a manutenção do crédito prêmio, que é um subsídio de 11% do valor das exportações; continuar com uma política cambial realista, assegurando uma correção cambial de 12,7% acima da correção monetária; assegurar recursos para financiamento às exportações e, também, manter um permanente intercâmbio de informações e consultas com empresários exportadores, os quais realmente geram divisas para o País.

As perspectivas das exportações para 1983, até agora são dúvidas. Existem duas soluções para o problema, onde uma dependerá exclusivamente dos países desenvolvidos em abrirem o mercado. A outra chave do problema o Governo brasileiro encontrou adotando as citadas medida, tentando assegurar um bom desempenho às nossas exportações em 1983, concluiu Jorge Ivan Cascudo Rodrigues.

NOVO GOVERNO, NOVA REFLEXÃO - 2

CORTEZ PEREIRA

Consolidou-se, como um dogma, a convicção de que o desenvolvimento só será alcançado pelo caminho duplo da produção e do lucro.

Nomes famosos exageraram tanto a importância do lucro que chegaram a eleger o egoísmo, a ganância, a avidez como virtudes capitalistas.

Claro que essas idéias não poderiam ser ditas pelos políticos, em voz alta. Se faltou sempre aos candidatos coragem para pregá-las, sobrou, aos eleitos, determinação para praticá-las.

Na última campanha eleitoral, semelhantemente ao que aconteceu em todas as outras, o que se ouviu foi o mesmo entusiasmo verbal de condenação ao desemprego e a apologia do trabalho, beneficiando ao homem, como prioridade maior, superior à simples produção e ao lucro. Nenhum assunto foi mais explorado e rendeu mais votos.

Passadas as eleições, conhecidos os eleitos, é a vez do povo perguntar — “e agora José”?

Confiemos que, no Rio Grande do Norte, já que há competência, possa haver também a decisão de solucionar o problema do desemprego.

Não me parece decisivo os demorados estudos que resultam em volumosos planos de Governo. O decisivo será o pragmatismo, a objetividade, a linha reta que leve direto a projetos, elaborados com a preocupação básica de dar solução ao desemprego.

Em nenhum outro setor da economia do Estado, isto poderá ser alcançado, com maior eficiência, do que na agro-indústria rural.

Hoje poder-se-á criar um emprego, nesta área, ao custo de US\$ 3.766,00 (isto é Cr\$ 941.500,00).

O Rio Grande do Norte, esquecendo o desemprego e o sub-emprego acumulados, recebe, anualmente, uma demanda de novos empregos da ordem de 12.000. Considerando o custo unitário (US\$ 3.766,00) haveria necessidade de US\$ 45.200.000,00 (isto é, Cr\$ 11.298.000.000,00 — onze bilhões, duzentos e noventa e oito milhões de cruzeiros).

Os números visam dar uma idéia de grandeza, do que se requer da iniciativa privada e Governo, para que se alcance a essência do problema. Os números tornam evidente a necessidade, não de projetos anões e ineficientes, mas de projeções compatíveis com o gigantismo do problema.

Insisto em repetir que o tema desemprego, não poderá ser resolvido com tentativas de soluções urbanas. O único meio, para isto, é a volta ao campo, não para o primarismo agrícola, mas para a integração agro-industrial, processada no ambiente rural.

Não existe no Brasil, e muito menos no Rio Grande do Norte, uma alternativa melhor para ser trabalhada.

Os projetos agro-industriais rurais, além de criar a custo mais baixo e com melhor relação capital/produto, os empregos necessários, evitam as migrações

que “incham” as cidades maiores, criando altíssimos custos sociais improdutivos. O problema das cidades gigantes, “inchadas”, apopléticas, dizem os estudiosos, caminha para se tornar a grande dificuldade do futuro. A solução será a que se aponta, ampla e variada. Ao lado, porém, desses grandes projetos agro-industriais que terão de ser carros-chefes, uma série de projetos outros terão de apoiar e complementar o esforço.

Nas cidades, a luta por novos projetos industriais, a dinamização da construção civil, o apoio ao artesanato e as formas individuais ou familiares de produção, o turismo como nobre fronteira a ser aberta no setor de serviços, são, entre outros, os destaques mais compatíveis com a política global de emprego.

Ainda no campo, um sistema de apoio ao empresário rural, oferecendo técnicos para formular propostas de crédito, patrocínio governamental a esses pleitos além do equipamento que viabilize os investimentos programados. Lembro-me que o Rio Grande do Norte já ocupou, no Brasil, o 1.º lugar em crescimento de demanda do crédito rural e que este fato foi atribuído, também, a presença de um representante do Governo (dr. Valmir Targino), devidamente reconhecido pelo Banco do Brasil, e que junto as agências diligenciava medidas superadoras dos entraves e restrições encontradas. Assim, obtinha-se o crédito, faziam-se os investimentos, criavam-se os empregos. Lembro-me que o Estado beneficiou-se, não faz muito tempo, da implantação de projetos agro-industriais oferecendo, só um deles, mais de 10.000 empregos.

Foi assim que se viveu uma experiência, registrada pela Sudene em relatório, na qual o Rio Grande do Norte alcançou, no Nordeste, a maior aproximação em relação ao pleno emprego da mão-de-obra. Foram testemunhos desta realidade a importação de trabalhadores de outros Estados trazidos pelas empresas de construção civil, os anunciados sorteios de prêmios para atrair operários, o alistamento de mulheres pela falta de homens, como fizeram muitas construtoras, após a iniciativa da então Rebelo Flor.

Na integração sistêmica de esforços nas áreas urbana e rural, é possível vencer a tragédia do desemprego, formulando bons projetos, que sendo bons, trarão os recursos necessários. Se a realidade tivesse mudado tanto que mesmo bons projetos não atraíssem capitais, o Rio Grande do Norte que José Agripino irá governar terá uma fonte para contrapartida de financiamentos.

Refiro-me aos kms e kms de beleza da Via Costeira, que podem ser transformados em kms e kms de recursos, necessários e suficientes a implantação de um projeto global de empregos.

Se isto for feito, nunca, talvez, a beleza tenha sido tão útil...



No teatro, um dos reflexos do meio cultural



Cláudio

CULTURA

Meios artísticos se agitam com as possíveis novidades

Com as eleições de 15 de novembro, ponto culminante da abertura lenta e gradual, defendida pelo Presidente João Figueiredo, há um sopro de renovação parado no ar. Mudanças são esperadas em todos os segmentos da vida nacional. E porque não mudanças, para melhor, numa área tradicionalmente maldita e marginalizada, a da cultura? Afinal o tempo é de discussão de idéias, que devem circular livremente em busca de soluções mais justas e racionais. Não há, no Rio Grande do Norte, um plano diretor com as coordenadas de uma atuação voltada para a valorização do trabalho artístico-literário. Também as atividades culturais devem ser planejadas, desde que se ouçam os intelectuais, de uma forma séria e sem paternalismos esdrúxulos que nada têm de positivo.

É preciso tratar a cultura com seriedade porque a mesma é a soma das ações da sociedade. Não há nacionalismo se não há respeito pelas manifestações de criatividade do povo. Não se pode falar em progresso quando a criatividade é posta numa camisa de força. Eis porque resolvemos, nesta edição de **RN/ECONÔMICO**, abrir espaço para a discussão de uma política cultural que realmente atenda as reais necessidades do Rio Grande do Norte. E o debate torna-se ainda mais pertinente nessa hora, quando, dentro de mais alguns dias, o engenheiro José Agripino Maia as-

sumirá o mandato que lhe foi confiado pela vontade do povo.

O debate tem início com a participação dos intelectuais.

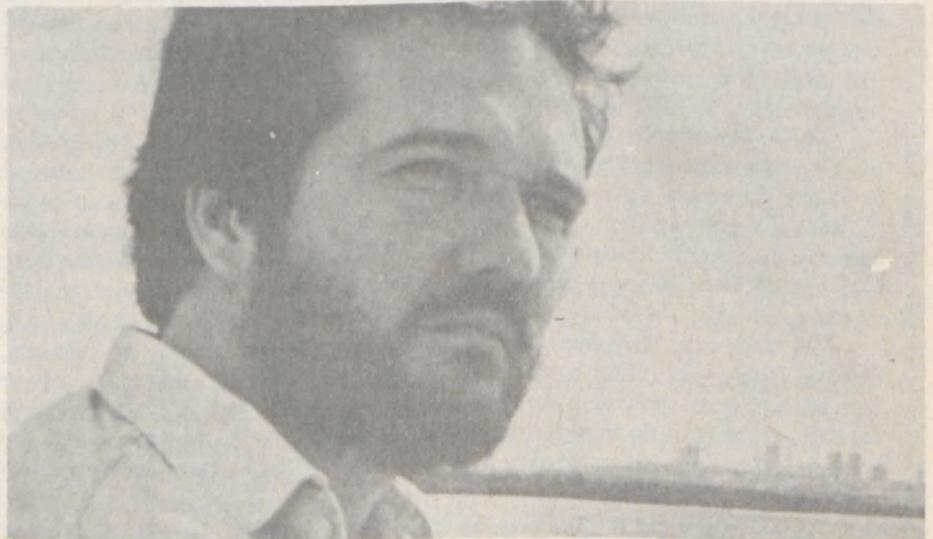
— **Que espera você de uma política cultural do Governo?**

MAILDE PINTO GALVÃO (professora, ex-diretora do Departamento

das diversas manifestações de arte para que as expressem como força viva e dinâmica num verdadeiro movimento cultural.

CARLOS HUMBERTO DANTAS (artista plástico e poeta) — Que seja aberta e participante, voltada para a comunidade, que pesquise e que se preocupe também com o estímulo aos setores mais ousados, em geral ligados aos artistas mais jovens preocupados em renovar. E que as decisões sejam tomadas ouvindo os artistas, estimulando a participação.

EDNA DUARTE (escritora e advogada) — Que se autodefina, se delimite com bases em dados reais. Rea-



Serejo

Cultural da Prefeitura) — Na verdade, espero muito da política cultural de um Governo eleito pelo povo. Doutor José Agripino Maia é bastante lúcido e dele se espera a valorização da nossa cultura. Procurando ouvir a comunidade, como tem feito até agora, deverá promover a integração

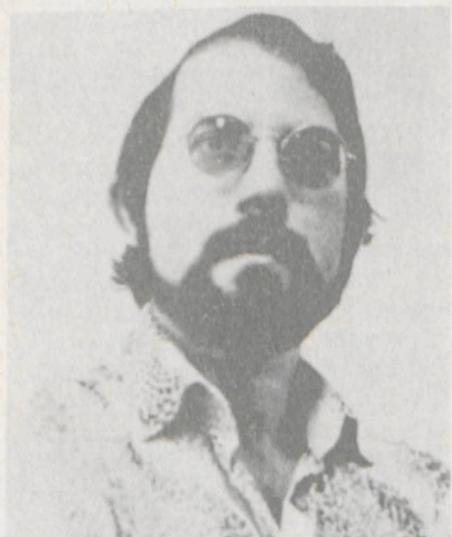
lidade do Rio Grande do Norte. E que se cumpra.

VICENTE SEREJO (jornalista e professor) — Que seja democrática, na medida em que possa evitar a repetição de erros, dividindo as ações culturais em atividades de cultura popular e cultura erudita. Uma política

cultural nordestina terá que ser também uma cultura dos pobres, no sentido de valorização das manifestações das classes subalternas.

REJANE CARDOSO SEREJO GOMES (jornalista, ex-diretora do Departamento Cultural) — Que vise principalmente os jovens, os que estão surgindo agora, no sentido de divulgar e estimular. As experiências novas precisam de estímulo. Valorizar é aproveitar pessoas com uma visão nova das coisas.

RACINE SANTOS (poeta e teatrólogo) — Que tenha base real nos interesses culturais do povo e que faça parte de um planejamento global de Governo. Promoções de eventos culturais isolados, sejam de que natureza for (exposições de pintura, lançamento de livros, espetáculos populares ou eruditos, etc), se não obedecerem a um planejamento sério, comprometido emocionalmente com o universo cultural do povo, e visceralmente com sua realidade econômica, política e social, é perda de tempo, desgaste, grito no deserto. Não se pode planejar cultura sem um olho na



Racine Santos

economia, na habitação, na fome, enfim, nos problemas do povo. Cultura não é elitismo. Para mim, por exemplo, dentro de nossa realidade social, política e cultural, é muito mais importante investir nas manifestações populares de nossa cultura do que numa orquestra sinfônica. É bom não confundir cultura com erudição. Ou a gente parte para encarar as coisas de nossa cultura com seriedade, ou então ficaremos nesse “chove não molha” que transformou Natal na província do beletismo. Um povo é sua cultura. Planejar um Estado sem dar a devida importância a seus as-



Edna

pectos culturais, é condená-lo a um aleijão.

Não adianta elaborar um plano de ação cultural se os técnicos de outras áreas da administração não tiverem sensibilidade suficiente para entender que cultura é um investimento no homem, que cultura não é brincadeira. Infelizmente ainda temos homens públicos, técnicos e políticos, que torcem o nariz quando ouvem a palavra Arte ou Cultura...

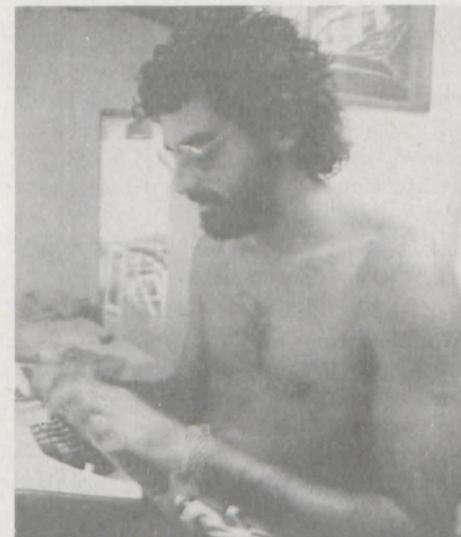
OSAIR VASCONCELOS (jornalista) — Que sobre o apoio que dê aos artistas e ao público ávido de uma política cultural definida, liberdade total de expressão.

CLÁUDIO OLIVEIRA (cartunista, presidente do Centro Acadêmico da Escola de Comunicação) — Mais incentivo na área do desenho e do cartum. Que se publique esse trabalho, enfim, que se documente. Em 79 a Fundação José Augusto ficou de publicar um almanaque do GRUPEHQ. Falta a criação de salões de humor. O problema maior é que as pessoas não sabem ler e quem sabe, não lê. Deveria haver maior incentivo à leitura.

PAULO AUGUSTO DA SILVA (poeta e jornalista) — O planejamento deverá abranger o mais variado elenco de produtores culturais. Um fato que se registra nos Governos anteriores (a nível estadual) é o privilégio dado ao artesanato. Quando se pensa em Rio Grande do Norte só vem a tona o tal do artesanato e em termos reais, se conhece apenas o Mestre Vitalino, que é de Pernambuco... Outra coisa que tem tomado muito o tempo dos planejadores culturais é o tal do folclore e o que se vê

é o que a gente não vê. Há “Semanas do Folclore” como temos o “Dia do Índio” (quando sabemos que todo dia é dia de índio e de folclore). Fica uma impressão de assistencialismo condenável, e um sentimento de estrago dos dinheiros públicos. Artesanato, folclore? Faz favor. E o pior é que esses dois aspectos da cultura popular tomam contornos de coisas mofadas, meio museu, distanciados de todos, a que se recorre apenas quando chegam visitas oficiais ou em datas apropriadas... Veja-se, por outro lado, que a produção cultural que surge espontaneamente é colocada de lado e rotulada de subcultura, consumida apenas por uma elite, que tem acesso a lugares vedados ao grande público. A literatura, as artes plásticas, a música, a escultura, os trabalhos experimentais ficam restritos a sa-raus promovidos para deleite de um pequeno grupo social.

Em 1982 cheguei a presenciar a promoção de um festival da canção, levado a efeito no Palácio dos Esportes, que não recebeu qualquer apoio oficial. O promotor foi o Luís Cordeiro



Osair

ro (?) da Rádio Nordeste, a quem entrevistei, e que me pareceu ser **persona non grata** para os meios de comunicação locais, pois não lhe deram a mínima. A produção musical oriunda desse festival não é conhecida de ninguém. Pergunta-se quem ganhou? Que música chegou aos primeiros, segundo e terceiro lugares? Disso pude perceber que há um preconceito velado do pessoal da terra contra os próprios valores que surgem e pululam por aí e somem... até que um dia aparecem no Sul, incentivados por um Chacrinha, Sílvio Santos ou Flávios Cavalcantis da vida.

Aí, sim, é chique dizer-se: “Esse cara é de Natal”, “essa Terezinha de Jesus é de Natal”. Agora, e por que não privilegiá-los enquanto estão por aqui, perto da gente?

JORGE BILRO (teatrólogo) — Partir da base. Dos alicerces. Consultar as pessoas mais ligadas ao movimento cultural e, ao mesmo tempo, aproximá-las da comunidade. Um projeto aberto, democrático.

— **Que sugestões você daria para uma política cultural?**

MAILDE PINTO GALVÃO — Abrir um espaço especial para os intelectuais, artistas do povo, de elite e associações culturais. Usar a boa estrutura que lhe será entregue pelo Governo atual, para desenvolver nossa cultura popular que se tornou tabu no Rio Grande do Norte desde 1964.

CARLOS HUMBERTO DANTAS — No campo das artes plásticas e da literatura, galerias atuantes, prêmios substanciais e a edição de livros. Além disso, a promoção de mostras de nossos artistas noutros Estados, a criação de murais na cidade e que os artistas sejam consultados sobre a feição da cidade. Ampliar a editoração. Criar um suplemento n’**A República**, se possível, independente, sob a direção de um grupo de intelectuais especialmente convidados. A criação de um Centro de Pesquisa. Intercâmbio com outros Estados.

EDNA DUARTE — As pessoas certas nos lugares certos. E a humildade de recomençar, de se perguntar, de aprender com os desacertos passados. De se planejar a longo e a médio prazo. (Não só para a duração de um Governo). E é aqui que se poderia agilizar a Fundação José Augusto — este órgão encarregado da política cultural do Estado. Conseguir-lhe maiores recursos, dar-lhe a amplidão que está a exigir.

VICENTE SEREJO — Basicamente, a uniformização de prioridades. As Prefeituras cuidando de uma cultura municipal, o Estado, de uma cultura estadual e o Conselho Estadual de Cultura como órgão normativo.

Uma ação integrada, a níveis municipal, estadual e federal, e necessariamente voltada para a valorização dos bens culturais da região. Considerando que não existe um continente cultural, e sim ilhas, e respeitar estas características, não no sentido museológico, mas de respeito aos traços essenciais da personalidade do povo.

REJANE CARDOSO SEREJO GO-



Espectáculos: qual o nível?

MES — A criação de programas envolvendo bairros, a comunidade, uma política mais abrangente, e envolvente. A descentralização efetiva e dinâmica da cultura, que proporcionaria a descoberta de novos valores.

RACINE SANTOS — Trabalhar em todos os níveis da manifestação cultural. Falar a linguagem do povo, mergulhar no universo cultural desse povo, respeitando-o e procurando sedimentar as verdadeiras raízes de nossa cultura. O povo se reúne e cresce no momento em que melhor compreende suas raízes, sua cultura. No plano da literatura, por exemplo, por



Cultura popular: sem apolo

que não trabalhar um plano editorial mais abrangente, que acolha também uma literatura técnica e científica, capaz de oferecer ao povo ensinamentos práticos sobre higiene, irrigação, medicina popular, etc? Não

estou pretendendo reforma social nem a salvação de almas através de um plano editorial, mas com ele contribuir para o desenvolvimento social.

O nosso Estado tem três (eu disse três) academias cultivando as letras. Por que não pensar também num organismo que cultive e ampare nossa literatura popular (o cordel)? Que dê ao folclore a atenção que ele merece? Nós temos potencial, talento, e mais: os instrumentos necessários para desenvolver uma política cultural e eficiente. Falta racionalizar esforços e que essa política seja conduzida não por “nomes”, medalhões, mas por pessoas que conheçam o produto que vai vender. Pessoas qualificadas e que tenham vontade e capacidade de trabalho.

Que a arte e a cultura vá ao povo. O Circo da Cultura está aí para isso. Ele é um grande veículo para se levar cultura ao povo. Falta tocá-la para frente, reativá-lo. O Teatro Alberto Maranhão também precisa abrir suas portas para o povo, organizar festivais de arte e dinamizar seu palco. Precisamos de pessoas que realmente tenham vontade de trabalhar e interesse pela cultura. Está aí o exemplo desses garotos que organizam o Festival de Artes de Natal: muita garra. Essa garra, quem for conduzir uma política cultural no Estado do Rio Grande do Norte, tem que ter. Todos nós sabemos que o Estado é pobre, que o orçamento para a cultura é muito pequeno. O que fazer então? Criar soluções que permitam a cultura sobreviver dentro dessa situação. □

FRANKLIN JORGE

COMÉRCIO & SERVIÇO

MUSTACHE
Cabeleiros
Cortes • Massagens
Alisamento • Limpeza de
Pele • Trat. Anti-Caspa
Manicure • Engraxate



**MUSTACHE
CABELEIROS**

Galeria do Edf. Barão do Rio Branco,
Loja 4 • Fone: 222-6571 • Natal-RN.

**TURISMO
AEROTUR
NATAL-RN**

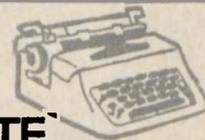
TURISMO
AEROTUR
Natal-RN

Viagens personalizadas, nacionais
e internacionais
Agência especializada em serviços
internacionais

- Carga aérea internacional
- Filiada à EMBRATUR e I.A.T.A.

Rua Apodi, 563 - Tele.: 222-6126/3569/2974

**ASSISTENCIA
TÉCNICA**



**IBM
OLIVETTE
PROLOGICA
MAOVETTI**

Rua General Osório, 222 — Tel.: 222-5343
Natal-RN



Distribuidor
dos famosos
chocolates

Copenhagen

Matriz: Rua Prudente de Moraes, 619
Tel.: 222-3318

Filial: CCAB — Loja 6 — Fone: 222-483
Natal-RN



FOTOGRAFIAS
Revelação a cores

Reproduções Reportagens
Slides sociais
Publicidade Stúdio
Modas Fotografia aérea
Convites 3 x 4 em 1 minuto

Fotos

Av. Prudente de Moraes, 1107 — Tirol
Tel.: 222-1340 — Natal-RN
ESTACIONAMENTO PRÓPRIO

**LAVE O CARRO
EM 8 MINUTOS**



POSTO 1003

Av. Bernardo Vieira, 1455 — Tel.: 231-2562

- Esquadrias de alumínio;
- Box para banheiro em alumínio fosco ou brilhante;
- Assistência técnica permanente.



**METALÚRGICA
UNIAO LTDA.**

R. Alexandrino de Alencar, 660 — Tel.: 223-3404
Av. Hermes da Fonseca, 614 — Tel.: 222-7470

**1983
10 ANOS
DE:**

opel MÁXIMO EM PROTEÇÃO

Rua Sampaio Correia, 4000 — Bom Pastor — Tels.: 223-2400/3557 — Natal-RN

**AUTO
LOCADORA**

D U D U

Alugue um carro novo
com ou sem motorista

- Av. Rio Branco - 420 - Centro
 - Box Aeroporto Internacional Augusto Severo
- Fones: 222-4144/222-0501
223-1106/272-2446 - Natal-RN



Novamente o sofrimento do sertanejo

SECA

Mais uma vez, a falta que se tornou rotina em cinco anos

Corre pelos quatro cantos do Estado a ameaça de mais um ano de estiagem.

Seca, é sinônimo de ansiedade, preocupação. Os meios de comunicação anunciam sua iminência, demonstram a inquietação que sentem os habitantes da área rural e também as articulações a nível governamental em torno do problema, com a intenção de amenizá-lo, ou resolvê-lo.

Faltou chuva, falta ânimo de plantar. Não plantando, logicamente, o agricultor não colhe. Desta forma, inexistente produção. A situação dos principais produtos agrícolas no RN, agora, é:

ALGODÃO — Levando-se em consideração que uma safra normal atingiria 28.000 toneladas de pluma, o algodão alcançou em 1979 (primeiro ano de estiagem) uma safra de 14 mil toneladas; o que significa uma perda de cinquenta por cento frente à safra normal; 1980 — atingiu 12 mil e oitocentas toneladas, com uma perda superior a cinquenta por cento da safra considerada normal; 1981 — atingiu 16 mil e setecentas toneladas, com uma leve recuperação em relação à perda maior.

FEIJÃO — Praticamente não houve produção nos últimos quatro anos. O que resulta na importação do produto de outras regiões do País. A safra tida como normal é de 60 mil toneladas. Fato que somente ocorreu há cinco anos atrás — em 1978 — ano em que houve um período normal de chuvas. 1979 — 1 mil e duzentas to-

neladas, com relevante perda em relação à safra normal; 1980 — inexistente; 1981 — inexpressiva e 1982 — segundo dados já computados — 10 mil toneladas, com uma leve recuperação em relação à perda maior.

MILHO — Constitui-se numa cultura mais frágil que o feijão, daí ser ainda mais prejudicada. De uma safra de 70 mil toneladas tida como normal, a produção de milho praticamente inexistiu. Vamos aos dados: 1979, 1980 e 1981 — tidas como safras inexpressivas; 1982 — aproximadamente, 10 mil toneladas.

O milho e o feijão representam a alimentação da família rural. A sua ausência provoca a deterioração a qualidade de sua dieta. Daí, a explicação para a saída do campo em busca de vida melhor. Segundo Ronaldo Fernandes, secretário da Agricultura do Estado, é neste aspecto que reside o problema maior da seca: "Ela desemprega e deixa de produzir o alimento. Destruindo primeiramente as lavouras alimentares, que são consideradas as mais frágeis".

No tocante ao rebanho bovino, das 800 mil cabeças existentes no Estado, estima-se que, hoje, ele decresceu em mais de cinquenta por cento. Ainda subsistindo de maneira bastante sofrida.

"Não é brincadeira, estes quatro anos de seca deixaram seqüelas e a regularização das chuvas pura e simplesmente não normalizaria completamente a situação da agropecuária no Estado. A regularização se constituiu apenas no início da normalização. É necessário recompor todas as



A busca por água, o problema

perdas", é o que afirma Gilzenor Sá-tiro de Souza, presidente da Emater.

Gilzenor destaca a metodologia de trabalho baseada na Extensão Rural que a Emater vem realizando com a abertura de cisternas, perfuração de poços, criação de barragem subterrânea — possível de ser feita no Seridó — alternativas para geração de energia com biodigestor, catavento, motobomba... "Só que nós necessitaríamos intensificá-lo mais; elevá-lo, uma vez que seu índice ainda não é suficiente", acrescenta. Salientando a tarefa de recomposição psíquica do agricultor, ele afirma: "Durante quatro anos sendo impiedosamente castigado, o agricultor não tem ânimo para se arriscar na atividade agrícola. Este é um trabalho que também requer muita cautela de nossa parte", finalizou.

PROVIDÊNCIAS — Traçando-se um perfil da seca, percebe-se o seu lado agudo e crônico. Igualmente a esta postura que ela apresenta, estão as medidas de combate às suas causas e efeitos: as providências de caráter permanente e as providências de caráter emergencial. São medidas que funcionam conjuntamente com o Governo Federal e Estadual.

As medidas de caráter permanente, são atividades realizadas anualmente. Incluem a perfuração de poços, construção de açudes, barragens, projetos de irrigação, criação de caprinos — são animais mais resistentes à ausência de chuvas — e adaptação de plantas xerófilas — possuidoras de características que possibilitam melhor adaptação climá-

tica. Não esquecendo as medidas de natureza científica que passam pelo estudo das condições climáticas até a previsão de chuvas. "Em nossa situação, o homem precisa dominar a tecnologia para fazer chover", afirma Ronaldo Fernandes.

As medidas emergenciais são tomadas pelo Governo com o intuito de resolver os problemas agudos que a estiagem causa. Aqui neste caso, situam-se os projetos de trabalho para dar emprego a esta mão-de-obra ociosa gerada por ela. Segundo o secretário de Agricultura, estes projetos visam a realização de serviços com caráter definitivo, como a construção de calçamentos nas cidades e várias outras obras. "É um programa que sempre terá que acontecer, pois, a cada ano a população cresce e necessita de emprego", afirmou Ronaldo Fernandes.

Dentre os programas especiais do Estado, encontram-se os três maiores e mais relevantes: o Projeto Sertanejo, Polonordeste e o Programa de Re-

ursos Hídricos. No entanto, o secretário ressalta a necessidade de mais recursos para levar adiante estes projetos. "É necessário maior financiamento aos agricultores, maior ação individual da propriedade privada através do crédito. Porque, lamentavelmente, esta crise econômica que o País atravessa, afeta aos bancos também. O que traz consequências sérias para estes projetos, no que diz respeito ao segmento crédito. Existe a falta de recursos nos bancos", acrescentou.

Indagado a respeito das previsões para 1983, isto é, sobre as medidas que visam ser tomadas, Ronaldo Fernandes afirma ser o bastante a continuidade destes programas, principalmente no que se refere ao de Recursos Hídricos. "Precisamos construir mais açudes, perfurar mais poços, duplicar os projetos de forrageiras adaptáveis a seca — como palma, algaroba e capim búfalo — perenizar mais rios e ampliar a assistência aos trabalhadores. Tudo isto, num ritmo mais acelerado...", concluiu. □

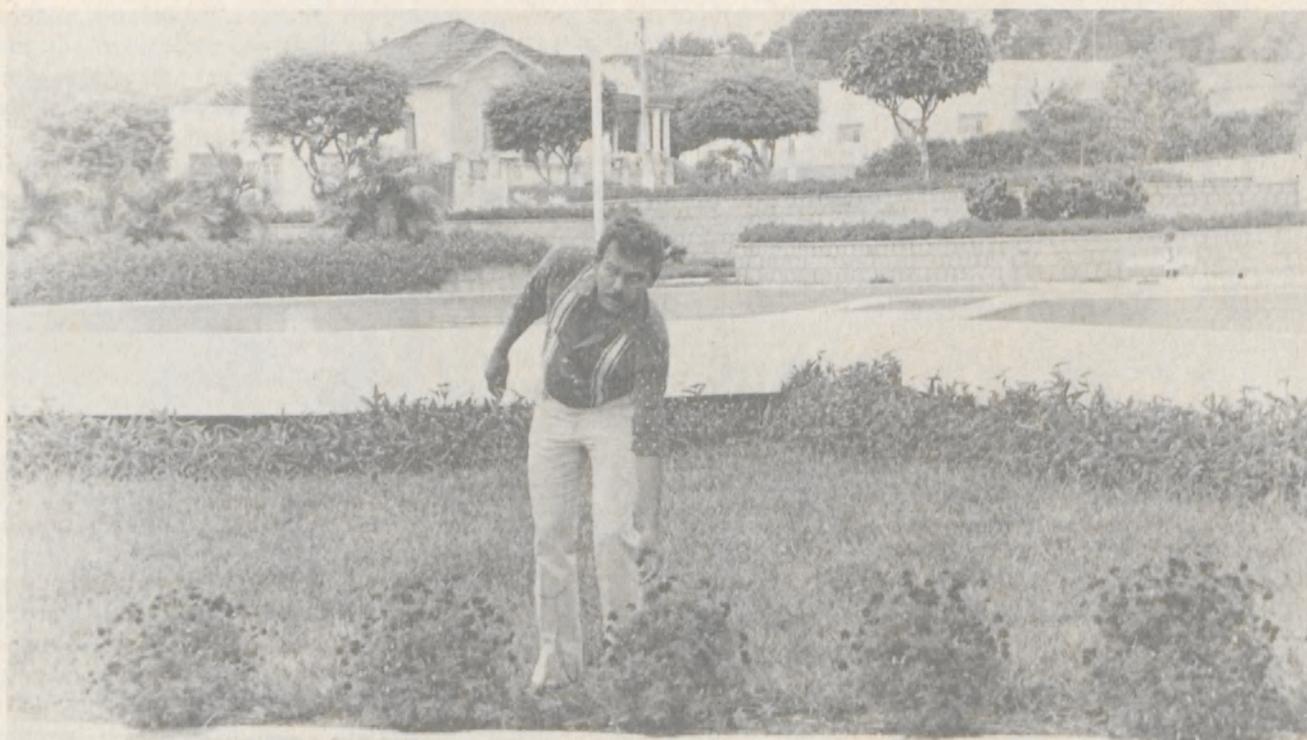


Os protestos muito tarde

Na primeira reunião do Conselho Deliberativo da Sudene de 1983 os governadores do Nordeste se uniram, numa só voz, para reclamar contra a falta de providências contra a seca. Do seu lado, o Governo Federal apresentou estatísticas dizendo que está gastando mais de cinco bilhões de cruzeiros apenas com o pagamento da atual folha dos trabalhadores alistados na Emergência — um programa que, apesar de tudo, ainda teima em existir. Enquanto os governa-

dores reclamavam e o Governo Federal justificava-se com algumas cifras, surgiram as rotineiras notícias otimistas, detectando chuvas no Piauí, sintoma, segundo a tradição, de que vai chover no restante dos Estados da região. Essa confusão toda, na opinião de alguns técnicos da Sudene, parece feita de propósito. Nem adianta o dinheiro gasto pelo Governo Federal, nem os indícios de chuvas agora, pois o que é importante é o prazo em que ela cai. Para os técnicos envolvidos no problema da seca o importante é que ninguém deu atenção ao relatório dos téc-

nicos do CTA prevendo o ciclo de secas e que foi elaborado com a devida antecedência. Estranhamente, o relatório levou o carimbo de "segredo" e só foi divulgado, mesmo assim, por impertinência de jornalistas, seis meses antes que realmente se iniciasse o período fatídico. Em tudo, a conclusão dos estudiosos do problema é que as coisas continuam do mesmo jeito que no tempo do Império: o dinheiro só é gasto quando está no pique da seca, quando a fome ameaça milhões de pessoas. Quando passa o perigo imediato, tudo é esquecido.



“Neto” mostrando a praça Barão de Ceará-Mirim, por ele executada, em Ceará-Mirim

Empresa paisagística quer ornamentar todo o Estado

Se os homens que regem os destinos do Rio Grande do Norte, os prefeitos e os administradores públicos voltassem mais um pouco de suas atenções para o aspecto paisagístico do nosso Estado, dos municípios e das próprias repartições onde trabalham, sem qualquer dúvida, seríamos verdadeiros “cartões postais”, com as cidades mais verdes, mais coloridas, mais belas e, sobretudo, mais humanizadas. A empresa potiguar Paisagem, Plantas e Jardins se movimenta nesse sentido e vem desenvolvendo interessantes trabalhos no gênero, decorando praças e avenidas, como também ornamentando, sob a forma de ajardinamento, empresas públicas e privadas. A Paisagem elaborou um projeto para ornamentar Natal, principalmente o acesso pela BR-101 que, se executado, colocaria nossa Capital ao nível das mais belas do País.

José Joaquim da Silva Neto, ou “Neto”, paisagista formado pela UFRN, com especialização em Botânica e com cursos de aperfeiçoamento em São Paulo, Rio, Rio

Grande do Sul, Minas, Recife e Ceará é quem dirige a empresa Paisagem. E quer mostrar, principalmente aos novos administradores públicos do Rio Grande do Norte, entre eles os prefeitos dos 152 municípios, o potencial de sua firma, já com 10 anos de experiência. “Neto” pretende implantar um inusitado trabalho paisagístico em Natal, a começar pela entrada da cidade, colocar mais verde nos municípios potiguares, além de dar um “toque de elegância” às nossas repartições públicas e empresas privadas. Tudo isso dependerá de um criterioso trabalho profissional, previamente elaborado, obedecendo às normas científicas do paisagismo moderno.

TRABALHOS REPERCUTINDO — A empresa Paisagem já executou vários trabalhos em Natal, como exemplo, a implantação de todo o jardim da Petrobrás — Batal — de Santos Reis, o do Ministério da Saúde, na Vila São José, o da Emater, além de ter elaborado três projetos paisagísticos para a UFRN. Todos esses trabalhos ficaram realmente muito bonitos,

mas, o ajardinamento das praças Barão de Ceará-Mirim e Monseñor Celso Cicco, ambas localizadas em Ceará-Mirim, ficaram “coisas prá cinem...” e estão repercutindo em todo o Norte e Nordeste do País. Vale a pena vê-las.

Elaborar projetos paisagísticos, executá-los e prestar a necessária assistência técnica é o que a empresa Paisagem vem fazendo nesse Estado ao longo de dez anos, trabalhando um pouco reservadamente, sem qualquer propaganda. Agora, “Neto” acha que chegou a hora de mostrar ao Rio Grande do Norte, principalmente aos novos administradores públicos, o que a sua empresa pode fazer em favor desse Estado, em relação a se colocar mais áreas verdes em nossas cidades. A Paisagem pretende ornamentar Natal, ornamentar os municípios, ornamentar repartições públicas e até mesmo mudar o visual das nossas principais fábricas e indústrias. A Paisagem, Plantas e Jardins fica sediada à rua Antônio Melo, 1271, Barro Vermelho e atende pelos telefones 222-2403 e 222-4313.



O Fiat 147 a diesel não pode ser vendido no Brasil

VEÍCULOS

Um mercado ainda cheio de muitos caprichos e manias

A situação atual do preço da gasolina e a tendência de novos aumentos nesse preço vêm sendo motivo de análise de diversos economistas. Um americano que recentemente esteve no Brasil, afirmou que até o final de setembro deste ano, a classe média brasileira deverá ficar sem seus veículos por causa dos altos custos que advirão provenientes exatamente do preço do combustível e peças. A "Gazeta Mercantil" em um de seus editoriais no início do mês de janeiro comentou que há necessidade premente do preço da gasolina acompanhar os sucessivos aumentos do dólar e, ninguém se engane, acompanhará.

Vários jornalistas, especializado em automóveis, vêm criticando a não autorização da utilização de pequenos veículos fabricados no Brasil movidos a óleo diesel e que chegam a fazer 22 quilômetros por litro de óleo como é o caso do Fiat 147 que a Fiat Automóveis S. A. fabrica somente para exportação. Há uma lei que não permite, no Brasil, a utilização de motores a óleo para os chamados "carros de passeio". Por seu turno, também não se entendem como as montadoras brasileiras ainda não estão se utilizando de motores de menor potência como, por exemplo, o Suzuki — um

jeep japonês que chega a fazer 22 quilômetros com um litro de gasolina, com motor de dois tempos e espaço para quatro pessoas — ou o "Un Cheval" francês.

Já os veículos movidos a álcool deveriam receber um maior incentivo em suas vendas, de maneira que se oferecesse alguns subsídios como atrativos para uma maior vendagem, já que os motores estão bem melhores e os problemas primeiros já estão

praticamente solucionados, com o veículo não sendo uma "via crucis" para os seus usuários.

ANO DIFÍCIL — Em comentário na Quatro Rodas de dezembro, Geraldo Hasse disse que todo mundo está cansado de saber que o ano de 1983 vai ser duro, por causa da dívida externa brasileira combinada com a crise mundial. Mas isso não é, necessariamente, um indicador de que os carros serão mais caros e inacessíveis do que em 1982. Ao contrário, depois de ter recebido uma prensa do Governo, que não gostou dos aumentos de preços muito acima da inflação ao longo do ano, a indústria automobilística tende a tirar o pé do acelerador de preços.

Ele cita dois motivos para que isso aconteça: 1) para não criar na ira do Governo, que está precisando apresentar resultados depois das eleições; 2) para não perder ainda mais consumidores, afastados do mercado por falta de poder aquisitivo.

E bom lembrar que o mercado de carros usados deverá cair um pouco e, a exemplo do ano passado, o mercado de veículos usados deverá ter um maior crescimento. O consumidor passará também a exigir mais tantos na compra do veículo novo quanto do usado, não chegando na loja e comprando o primeiro que lhe seja oferecido, passando a especular mais, vendendo falhas mínimas e que, no futuro, poderão acarretar-lhe prejuízos ou gastos financeiros.

SEGREDOS — Os donos de veículos já estão procurando saber os "segredos" que poderão transformar seu carro em mais econômico. Aqui citamos alguns itens que poderão aju-



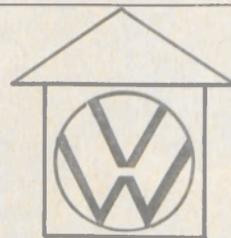
O protótipo do Economini: 22 quilômetros com um litro

dar na economia. Uma delas, e a principal, é a calibragem dos pneus e dos carburadores. O veículo precisa estar sempre muito bem regulado e essa chamada "afinação do motor" ajuda muito na economia, chegando em alguns casos representar de um a dois quilômetros por litro o que significa dizer que numa pequena viagem de 200 quilômetros você pode perder de 20 a 40 quilômetros em economia.

Por outro lado, o carro em estrada normal deve sempre andar com os vidros fechados para que ele possa fi-

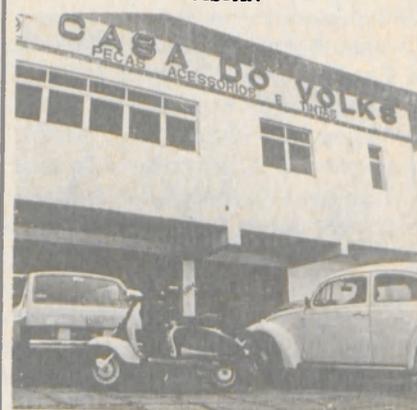
car livre e o motorista deve manter sempre uma velocidade constante no motor não forçando nas subidas porque a diferença será tirada na descida ou nos trechos nivelados. Numa região quente como a nossa é provável que o leitor esteja dizendo que é impossível andar com o veículo todo fechado, mas é bom lembrar que a grande maioria dos carros possuem entradas de ar e que sendo estas bem conservadas o condutor pode tirar um bom proveito dessas entradas de ar. É evidente que elas não funcionam como se os vidros estivessem

PEÇAS PARA FIAT E VOLKS



CASA DO VOLKS

Problemas do seu carro deixam de existir, quando você faz uma boa opção, e, essa é a Casa do Volks. Dispondo de um excelente estoque de peças, tintas automotivas, acessórios, escapamento e volantes esportivas; capas para bancos e sistema de som completo. Todos com instalação grátis, além de um amplo estacionamento. Sem compromisso, faça-nos uma visita.



Gurgel & Oliveira
Comércio e
Representações Ltda.

Av. Prudente de Moraes, 1804
Tel.: 223-2488

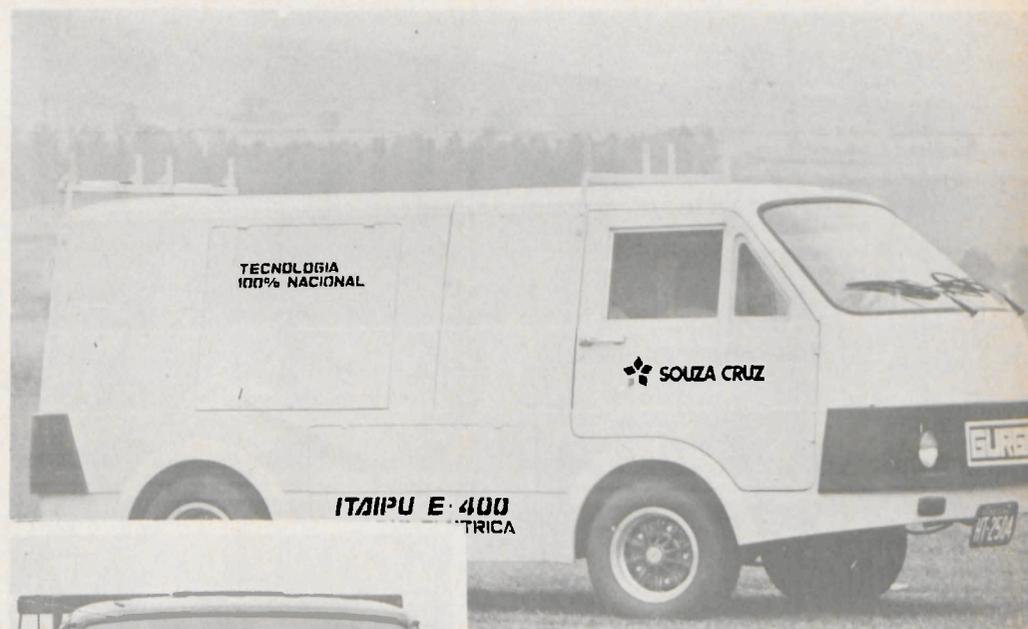
MODELOS	PRESSÕES (Lbs/po12)			
	NORMAL		CARGA MÁXIMA	
	Frente	Atrás	Frente	Atrás
ALFA ROMEO 2300 radial	26	27	28	30
BELINA diagonal	21	21	21	23
radial	23	23	23	23
radial de aço	26	26	26	26
BRASÍLIA diagonal	16	22	17	26
CARAVAN 4 a 6 diagonal	19	24	21	28
radial	21	26	23	30
CHEVETTE diagonal	17	21	20	24
radial	19	22	20	26
CORCEL II diagonal	21	21	21	23
radial	23	23	23	23
radial de aço	26	26	26	26
DEL REY radial de aço	26	26	26	26
FIAT 147 radial	27	30	27	31
GOL diagonal	22	26	24	30
radial	24	26	24	30
GALAXIE 500, LTD, LANDAU diagonal	24	24	26	28
radial	26	26	26	28
MARAJÓ diagonal	19	23	20	26
radial	20	26	20	26
MONZA 165 SR 13 (radial)	28	25	31	31
185/70 SR 13 (radial)	26	25	31	31
OPALA 6,45 — 14 (diagonal)	20	22	22	26
6,95 — 14 (diagonal)	19	21	21	24
7,35 S 14 (diagonal)	20	22	22	24
radial	21	23	23	26
PASSAT radial	26	26	26	26
VARIANT II radial	17	26	19	30
VOYAGE radial	24	26	24	32

abertos mas ajudam em manter um clima mais ou menos favorável.

Importante mesmo também é a calibragem dos pneus, que nem sempre os motoristas se preocupam e aqueles que estão atentos se deparam com o fato de nem sempre os calibradores dos postos estarem regulados por falta de manutenção e de um posto a outro você poderá encontrar diferença de até três pontos e, como constatamos, num mesmo calibrador uma diferença de calibragem nos pneus, isto é, num pneu 30 libras e em outro 29 com medição imediata logo após a calibragem (veja quadro de calibragem).

Observar a quilometragem que velas e platinado permitem e nunca deixar que ela seja ultrapassada e aí é que vem a "afinação do motor". Mas é bom que você procure um especialista no assunto e que disponha de equipamentos técnicos apropriados para fazer essa regulagem. Dessa forma evita-se a queima desnecessária de gasolina. Por seu turno, um acessório pequeno e de fácil observação chamado vacuômetro também ajuda muito na economia porque ele serve para medir a entrada de ar no carburador evitando gastos que poderiam ser evitados principalmente na cidade.

UMA SOLUÇÃO — É claro que não se aplica a todos, mas uma solução bastante viável para as empresas é a utilização de pequenos veículos para entrega de correspondências, idas a bancos e outros afazeres na firma é a utilização de pequenas motos como a Mobylette ou a Agrale Sport, que chegam a fazer 50 quilômetros com um litro de gasolina e de fácil estacionamento. Também apli-



O carro elétrico, esperança; caminhão da Volks, também

veículos a álcool enquanto esperam que o projeto da Gurgel, em fabricar para o grande público o carro elétrico — este veículo já serve em alguns Ministérios como meio de transporte e tem aprovado — nos perímetros urbanos. Outras empresas brasileiras também já estão fabricando os seus protótipos.

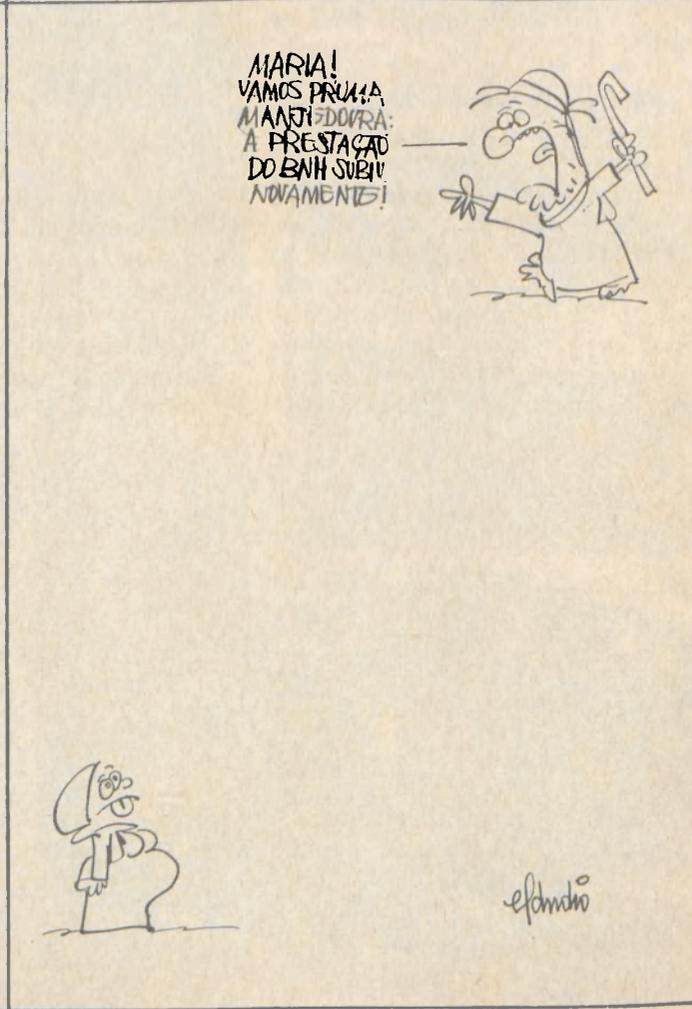
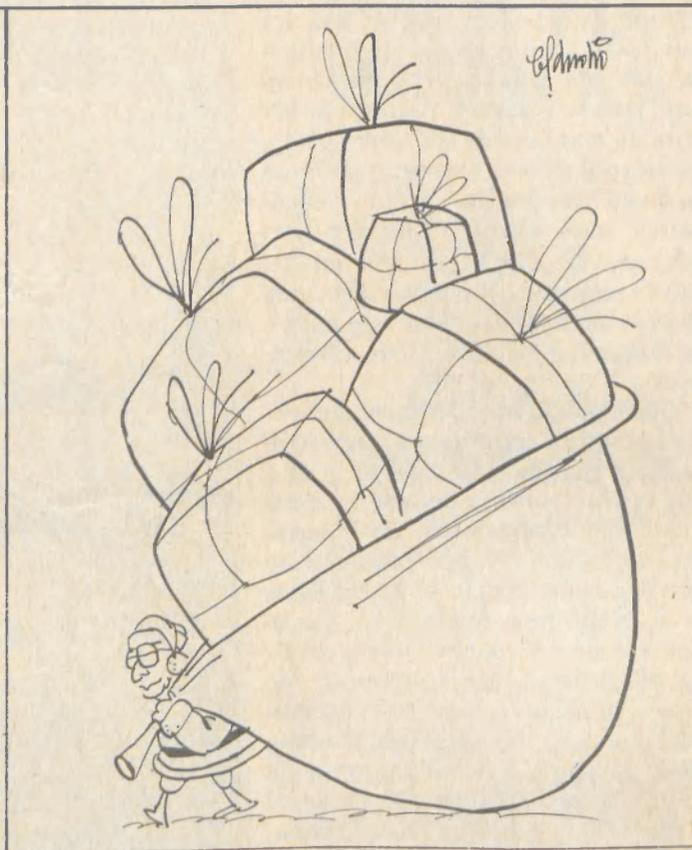
Um veículo bem menor que deverá também entrar no comércio dentro de pouco será o ECONOMINI que foi mostrado ao público no Salão do Automóvel de 1981. Este veículo, que ainda não é tão confortável mas que poderá chegar a sê-lo, faz 22 quilômetros com um litro de gasolina e também deverá obrigar aos outros concorrentes a passarem a diminuir o consumo mesmo que tenham menor toque. □

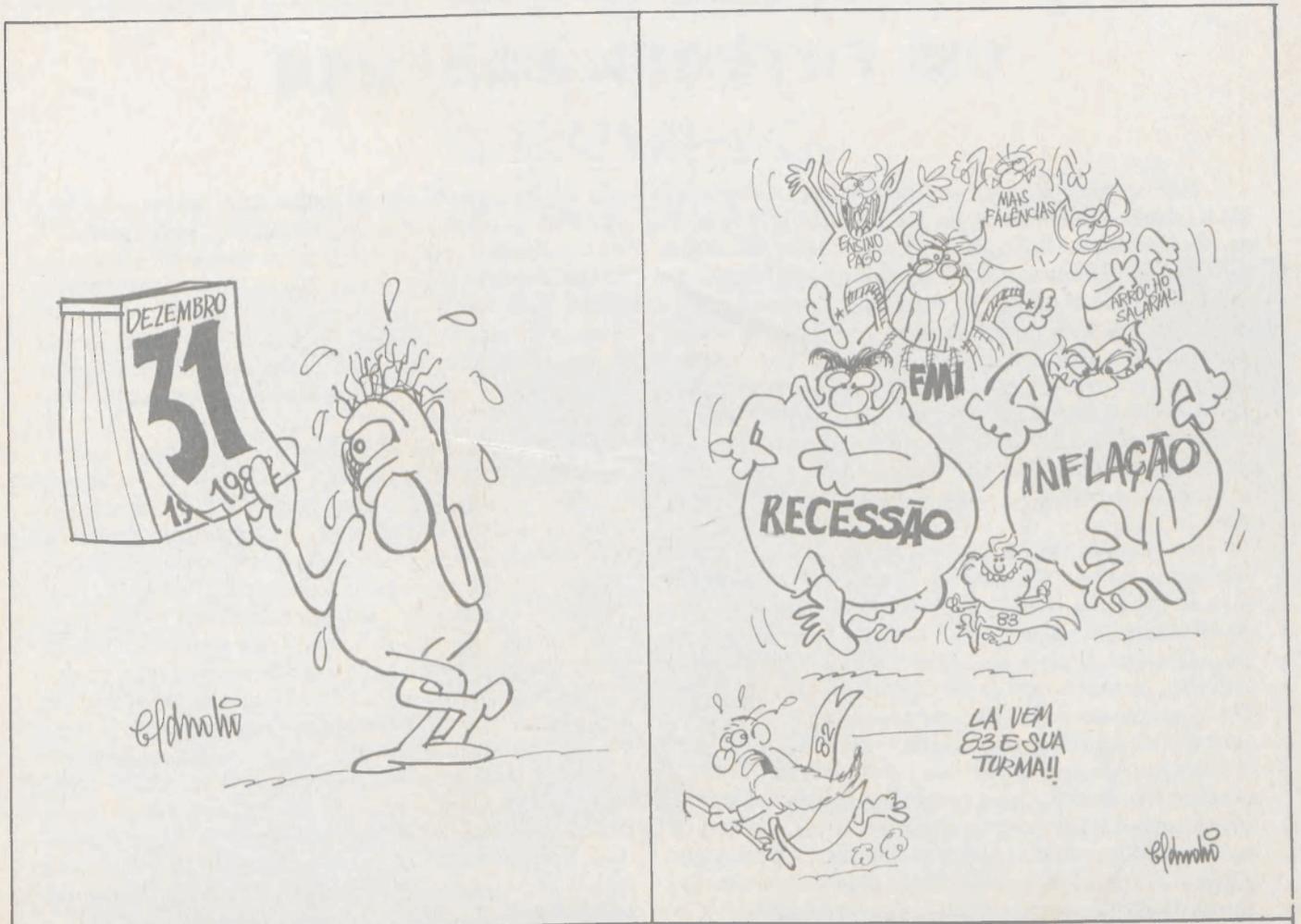
cadadas a idas ao colégio, esse veículo bem utilizado com o máximo de cuidado para que não aconteça acidentes, é permitido até para menores de idade, além disso conta com o fator de fácil e barata manutenção.

Para longas viagens, as empresas de porte maior já estão utilizando os



O caminhão da Volks pode ser uma grande força no mercado, realmente





UM FUTEBOL CONFUSO

ROSEMILTON SILVA

Não se pode dizer que andamos bem de futebol. Há a falta de melhores condições para que isso aconteça. Os problemas financeiros de nossos clubes, com o ABC tentando reconquistar sua posição embasado no prestígio de seus atuais diretores e o América procurando sair de uma crise que teve repercussão dentro dos mais diversos quadrantes do clube e o Alecrim procurando se afinar, porque é o único clube que dispõe de reais condições financeiras ao lado do Riachuelo. A verdade é que o alvirrubro potiguar não deve fazer uma boa campanha no Campeonato Nacional e isso deverá ter reflexos dentro do Campeonato Estadual.

No entanto, tudo isso é o espelho das más administrações que os clubes vêm tendo, com dirigentes cometendo erros inexplicáveis e até de profunda irritabilidade entre todos os que militam na crônica e no próprio corpo diretivo do nosso futebol. Não se pode conceber os erros porque eles foram cometidos infantil e anarquicamente dentro de um plano inadmissível para quantos desejam a volta do torcedor aos estádios. O prejuízo tido por todos que participaram do Campeonato Estadual do ano que passou foi provocado pela péssima administração porque passaram, principalmente, ABC e América sem contar com o Alecrim que mesmo assim continuou contando com sua torcida organizada em momentos difíceis e até cruciais.

Para este ano, aparentemente, é possível que nosso futebol volte a ter um acréscimo de torcedor e a tendência natural é um crescimento na torcida americana. Se os dirigentes ahededistas, pessoas de raciocínio e lucidez que vêm aparentemente ser, confirmarem as promessas e continuarem o trabalho que vêm sendo feito, não há a menor dúvida de que teremos um Campeonato com muito mais motivação e, conseqüentemente, com um número bem maior de torcedores comparecendo ao Castelão, Nogueirão e Cel. José Bezerra.

Mas para que isso aconteça é preciso que os clubes do interior também ganhem condições para acompanhar o mesmo ritmo que deverá ser empregado pelos chamados grandes. No entanto, só há um clube que até o momento vem demonstrando que vai poder aguentar esse ritmo: o Potyguar, de Currais Novos.

Lado a lado, o Riachuelo em silêncio vai aos poucos procurando formar uma equipe que consiga sair do ostracismo que foi quebrado ano passado quando quase chegou a conquistar um turno. Allás, o RAC no momento possui uma posição privilegiada e que pode tirar partido dela. É o clube que tem dinheiro e ainda dispõe da ajuda da Marinha através do Comandante Geraldo. Essa ajuda pode ser ampliada, a exemplo do que já aconteceu outras vezes, com uma "conversa entre comandantes" no sentido de trazer marujos que

não sejam apenas acostumados com navios mas que em terra possam dominar direitinho a "branquinha".

Enquanto isso, o Atlético vai pescando alguns jogadores que sobram das outras equipes e procurando fazer um time que possa, pelo menos, competir dentro de seus limites. O Baraúnas, que foi uma boa figura em outras épocas e o Potiguar continuam cheios de problemas que não deverão ser solucionados com "duas risadas".

Mas há um detalhe interessante nessa estória toda. Se RAC e outros clubes considerados de menor escalão tomarem impulso, obrigarão conseqüentemente e que os chamados grandes procurem transformar a sua maneira de atuação dentro do campo da cartolagem, buscando melhores condições para suas equipes na tentativa de ganhar o título.

É claro que essa busca deveria ser dentro dos limites de cada clube. Eu, particularmente, acho que os diretores cometem o grave erro de não incentivarem as "camadas" de baixo. Não se dá muita importância para as equipes juvenis, onde se pode formar um esteio não só financeiro quanto futebolístico. O América anunciou que pretende oferecer maiores condições aos juniores e isso é bom se for cumprido mesmo. Não acredito que isso venha a acontecer, basta que o clube perca dois turnos e fique ameaçado de não chegar à final. Aí acontece a natural corrida em busca do ouro que nem sempre passa de um mísero níquel.

Poderia haver um pacto entre os clubes no sentido de não se ir buscar jogadores de outros Estados, procurando dar melhor condição para que os técnicos das equipes inferiores pudessem fazer um melhor trabalho e assim poder fornecer ao time de cima jogadores que, no futuro, não seriam os ídolos como formariam e ofereceriam possibilidades de lucros financeiros.

Mas essa hipótese nunca pareceu ter atingido nem influenciado os dirigentes locais. Depois do evento do Castelão houve uma verdadeira briga para se trazer jogadores considerados de nome. O que se conseguiu foi realmente muito bom, grandes valores para o nosso futebol passaram ou continuam atuando. Mas acontece que àquele tempo as rendas davam condição para tal. Hoje não se pode mais dizer isso, nem tampouco utilizar essa prática, porque os jogadores que por aqui aportam, em sua grande maioria, salvo alguns que têm dado realmente um acréscimo técnico ao esporte, não passam de grandes enganadores e nós vamos sofrendo as conseqüências dos erros cometidos em nome de um melhor apoio da torcida.

É chegada a hora de se colocar os pés no lugar. O exemplo do América e do ABC, atolados até o pescoço por pura idiotice não devem ser tomados pelos novos dirigentes.

Você sabe quais as empresas que mais faturam no RN?



*Não sabe.
E não sabe, porque o meio
mais eficiente de saber é a
relação comparativa das
empresas que mais pagam
ICM no Estado.
Mais vai saber.*

*Em março,
RN/ECONÔMICO, como faz
tradicionalmente, vai
publicar a relação das 100
empresas que mais contribuem
com ICM no Estado, segundo
levantamento de qualificados*

*técnicos fazendários.
Não perca a edição de março de
RN/ECONÔMICO. Você vai ficar
sabendo muito mais coisas sobre
o Rio Grande do Norte.
RN/ECONÔMICO
cada vez mais informativa*



REVISTA MENSAL
RN/ECONÔMICO

Rua São Tomé, 421 — Tel.: 222-4722
CEP 59 000 — Natal-RN

O CONCESSIONÁRIO CHEVROLET DE MOSSORÓ MUDOU. E MUDOU PRÁ MELHOR. SUAS VENDAS AUMENTARAM EM 200%.



E vão aumentar muito mais porque Chevrolet é GM, e Vilani "sabe das coisas", em matéria de vendas de veículos, planos, prazos e preços prá botar você num carro ou utilitário da linha Chevrolet. A chegada de Vilani Veículos e Peças Ltda. a Mossoró, adquirindo a mais nova concessionária General Motors da Capital do Oeste revolucionou o mercado de carros na região. Tudo foi renovado. Todos os Departamentos funcionam a pleno desempenho, desde a área de recepção e exposição, serviços de oficina autorizados da fábrica, e venda de peças genuínas. Tem financiamento próprio, com todas as facilidades e sem perda de tempo. Vilani Veículos e Peças, em apenas noventa dias de instalado em Mossoró aumentou suas vendas em torno de 200% e "botou muito mossoroense num carro novo", graças à sua moderna técnica de vendas e "aquele jeitinho" que eles sabem fazer prá resolver problemas. Mas, o que contribui no sucesso das vendas de Vilani é que Chevrolet é GM e GM é uma marca bastante aceita pelo mossoroense.



AV. PRES. DUTRA TELS: 321-3680/3681/3650/4553/2388